



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ALINE CIBELE DE SOUSA

**TRABALHO *INGLÓRIO*? ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS  
(OS) TRABALHADORAS (ES) DA LIMPEZA URBANA DE SOUSA-PB.**

SOUSA/PB

2021

ALINE CIBELE DE SOUSA

**TRABALHO INGLÓRIO? ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS  
(OS) TRABALHADORAS (ES) DA LIMPEZA URBANA DE SOUSA-PB.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Sousa (CCJS), como requisito parcial para obtenção de título de Bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

SOUSA/PB

2021



S725t Sousa, Aline Cibele de.  
Trabalho *Inglório?* Estudo sobre as condições de trabalho das (os) trabalhadoras (es) da limpeza urbana de Sousa - PB. / Aline Cibele de Sousa. – Sousa, 2021.  
79 f.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

1. Condições de trabalho. 2. Limpeza urbana. 3. Categoria. 4. Direito trabalhista e previdenciário. 5. Precarização do trabalho. I. França Júnior, Reginaldo Pereira. II. Título.

CDU: 349.24(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Marly Felix da Silva  
Bibliotecária-Documentalista  
CRB-15/855

ALINE CIBELE DE SOUSA

**TRABALHO INGLÓRIO? ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS  
(OS) TRABALHADORAS (ES) DA LIMPEZA URBANA DE SOUSA-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande- Campus Sousa, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharela em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

Aprovada em **08/ 10/ 2021**

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Junior  
ORIENTADOR

---



Documento assinado digitalmente  
Vanessa Eidam  
Data: 04/11/2021 17:52:07-0300  
CPF: 058.922.339-95  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.<sup>a</sup> Me. Vanessa Eidam  
EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Hiago Trindade de Lira Silva  
EXAMINADOR

SOUSA/PB  
2021

Dedico meu Trabalho de Conclusão de Curso a Deus, em especial àquela que sempre foi para mim um exemplo de bondade, generosidade, força e amor, minha inesquecível avó Maria Feitosa da Silva (*in memoriam*). À classe trabalhadora que há anos luta por melhores condições de vida e resiste em meio às amarras do modo de produção capitalista.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, por me agradecer com o dom da vida, com as bênçãos derramadas, as vitórias e conquistas, por me possibilitar grandes aprendizados e estar sempre conduzindo os meus passos. Aos orixás, por toda proteção e cuidado na jornada da minha vida.

Agradecer aos meus pais Antônio Catanã e Cícera Reinaldo, por serem sempre presentes e apoiarem as minhas escolhas, por serem o meu abrigo, minha base, por me ensinarem tantas coisas boas e me fazer ser uma pessoa melhor, do bem, obrigada paiinho e mainha por terem me dado a coisa mais importante, que como vocês mesmo dizem: o melhor bem que um pobre pode dar a um filho é a educação, e vocês me deram, e hoje estou aqui concretizando este sonho, que é concluir o meu ensino superior.

A minha irmã Analiane Cidália, por ter sido presente em toda minha trajetória, que me acompanhou durante as noites de sono perdidas para concluir esse trabalho, você me deu o maior presente que uma pessoa pode ter, através de você pude conhecer um amor tão lindo, doce e puro que é a sua filha, minha sobrinha Maria Cecília, obrigada irmã. Agradeço também ao meu irmão de coração Gustavo Gonçalves pelo carinho, e até pelos momentos de raiva rrsrrs, mas que sempre está presente em todos os momentos da nossa vida.

Agradeço também a minha tia Francisca Reinaldo, e aos meus primos Anajara Reinaldo e Ubirajara Reinaldo, obrigada por tudo que vocês fizeram e fazem por mim, obrigada por acreditarem e contribuírem para o meu desenvolvimento, essa conquista também é de vocês.

Agradeço a todas as amigas que construí durante esses quatro anos na UFCG, em especial a Ana Caroline (meu entojinho), que no início era lá no seu cantinho, calada, tímida, mas que depois nos tornamos a dupla dinâmica, obrigada por tudo minha amiga, você foi essencial para mim nos dias de angústias e alegrias pelos corredores daquele campus, obrigada por sempre ter me acolhido na residência quando eu precisei, te amo meu entojinho.

Ah, o que falar de vocês meus amigos? Meu coração é só gratidão por ter conhecido pessoas tão maravilhosas como vocês: Valter, Ana Beatriz, Bárbara, Flávio, Milene, Suelen, Isabel, Carla e Lilian, vocês tornaram os meus dias mais alegres na universidade, obrigada pela companhia de vocês nos nossos cafés com tapioca na vivência, obrigada por terem me ajudado tanto, vocês moram no meu coração.

Agradecer também a todos/as que fazem parte da turma 2017.1 do curso de Serviço Social, pelas trocas de afetos, vocês tornaram os dias mais leves naquela universidade.

Agradecer as amigas de outras turmas que tive o prazer de fazerem parte do meu ciclo de amizades, especialmente a Ana Lúcia, Jedyelen e Antônia, vocês têm um lugarzinho especial em meu coração, tenho um carinho imenso por vocês e foi ótimo passarmos esse tempinho juntas, aprendi muito, obrigada por tudo!

Agradeço também a minha amiga Tarcia Camila, que apesar de não ter continuado no curso, escolheu alçar outros vôos, mas sempre está presente me ajudando quando preciso, obrigada por todas as vezes que precisei e você estava lá para me ajudar, conte sempre comigo. E não poderia esquecer jamais da minha pernambucana mais chata, a que dava pt com skol beats nas festas, a que só vivia me perturbando de madrugada quando adoecia para saber qual medicação tomar, Luanna, te amo amiga, você voltou para sua terra Recife, mas continua no meu coração, sempre que quiser aparecer por Sousa, as portas da minha casa estarão abertas.

Agradecer aos profissionais do Hospital Universitário Júlio Bandeira- HUIB da cidade de Cajazeiras pela acolhida no meu estágio naquela unidade, desde os/as profissionais da recepção, até aos da limpeza. Aos assistentes sociais, em especial aos que foram meus/minhas supervisores/as de campo de estágio, Patrícia, Gilcléssia, Marklitânia e Wagner, aprendi muito com cada um de vocês, obrigada pelos ensinamentos, foram de grande importância para a minha formação profissional.

Agradeço também ao corpo docente do curso de Serviço Social, que tiveram grande importância e contribuíram com a minha formação acadêmica, profissional e humana. Em especial a André Menezes, Cibelly Michalane, Clariça Ribeiro, Conceição Félix, Hiago Trindade, Gláucia Oliveira, Juliana Oliveira, Larissa Fernandes, Luan Gomes, Mayéwe Alves, Paloma Jácome, Paloma Rávylly, Suamy Soares, Tatiana Raulino e Vanessa Eidam. Levarei na minha bagagem um pouquinho de muito aprendizado que tive com cada um/a de vocês, obrigada à todos/as pelos ensinamentos, conselhos e paciência nas horas dos aperreios rsrs todos/as são especiais.

A todos/as trabalhadores/as do campus, especialmente os/as terceirizados/as, os/as da limpeza, obrigada por sempre terem deixado nosso cantinho tão aconchegante, agradeço também aos trabalhadores/as do Restaurante Universitário, em especial a pessoa de Tico, que sempre quando precisei, não hesitou em me ajudar. Agradeço de forma especial, aos trabalhadores/as da limpeza urbana da cidade de Sousa-PB que aceitaram participar da pesquisa para a construção deste trabalho, à todos/as, o meu imenso respeito e gratidão!

Por fim, essa é a parte em que as palavras fogem na hora de digitar. O que falar sobre essa pessoa? Falta até algum adjetivo que eu possa usar, mas não falta o tamanho do carinho

que tenho e que as palavras tornam-se insuficientes para expressar, então, só me resta agradecer.

Agradecer ao meu orientador Reginaldo Pereira França Júnior, em que durante esses quatro anos construímos uma relação muito bonita, além de professor e aluna, nos tornamos amigos. Régis, não tenho como te agradecer por tudo o que você fez e faz não só por mim, mas também por outras pessoas, sei que você é igual. Lembro - me dos primeiros dias que cheguei na faculdade e comentei com você que não sabia o que eu estava fazendo ali, se eu ia conseguir, e você prontamente me disse: Uai, vai menina! A partir daquele dia, ainda meio tímida, já imaginei em tê-lo como orientador, e depois das aulas clássicas da economia política tive certeza sobre o que eu queria discutir, então chegamos até aqui neste trabalho. Eu sou imensamente grata por ter te conhecido, mais uma vez, obrigada por tudo, quero levar essa amizade para além dos muros da universidade, você torna nosso sertão mais alegre e radiante com esse sorriso que só você tem. Muita Gratidão!

Foi um processo desafiador, porém gratificante, pois, por meio deste estudo tive a oportunidade de conhecer de perto a realidade na qual estão inseridos/as estes/as trabalhadores/as. Além de tudo, reconheço que valeu a pena todo esforço, cada noite em claro, cada reclamação, o medo de não conseguir concluir, pois o cenário no qual estamos vivenciando tornou-se uma dificuldade a mais no nosso cotidiano, mas isso só me fez buscar mais força e coragem para alcançar os meus objetivos, para enfrentar as dificuldades e acreditar na minha capacidade.

Desta forma, reforço os meus agradecimentos a todos/as que estiveram junto comigo nesta caminhada, as palavras de cada um/a foram importante para que eu chegasse até aqui. Não foi fácil, nunca vai ser, e como sempre diz minha professora Tatiana Raulino: o -não está dado, vamos correr atrás do sim. Gratidão!



## RESUMO

Este estudo cujo título é, Trabalho inglório? Estudo sobre as condições de trabalho das (os) trabalhadoras (es) da limpeza urbana de Sousa – PB, tem como objetivo central conhecer e analisar as condições de trabalho dos/as trabalhadores/as da limpeza urbana do município de Sousa-PB, ao mesmo tempo em que busca aprofundar o conhecimento sobre a categoria trabalho, bem como o desvelamento da realidade local, levando em consideração o processo de invisibilização deste processo de trabalho. Além disso, busca a compreensão das determinações sociais frente a este segmento de trabalhadores/as, tendo em vista a questão social, às quais a sua existência se consolida na esfera da reprodução da força de trabalho, principalmente, de que maneira tais relações de trabalho se desenvolvem entre si, visando a compreender a realidade concreta. Nesse sentido, colocamos em evidência as várias determinações presentes nesse espaço, tais como: a produção e reprodução da força de trabalho, bem como exploração, a (in)segurança dos/as trabalhadores/as, o desmonte dos direitos sociais, com graves repercussões nos direitos previdenciários. A pesquisa dar-se-á por meio da inserção no campo, associado ao emprego de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo, sustentada pelo materialismo histórico-dialético, com aplicação de questionário sócioeconômico, bem como a utilização de um questionário semiestruturado junto a cinco trabalhadores (as) da limpeza urbana, por meio de escolha aleatória simples. Os dados coletados por meio da pesquisa tornaram-se indicadores cruciais em relação aos objetivos do trabalho, tais como a precarização do trabalho, os baixos salários, a longa jornada de trabalho, a insegurança dos/as trabalhadores/as, a instabilidade no emprego, bem como outros elementos que impactam diretamente nas condições de vida e de trabalho destes/as profissionais, estabelecendo na atualidade, uma preocupante realidade na qual é vivenciada por tais trabalhadores/as.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mundo do trabalho; Processos de trabalho; Reestruturação produtiva; Limpeza Urbana.

## **ABSTRACT**

This study whose title is, *Inglorious work? A study on the working conditions of urban cleaning workers in Sousa - PB*, has as its central objective to know and analyze the working conditions of urban cleaning workers in the city of Sousa-PB, to at the same time it seeks to deepen the knowledge about the work category, as well as the unveiling of the local reality, taking into account the process of invisibility of this work process. In addition, it seeks to understand the social determinations facing this segment of workers, in view of the social issue, whose existence is consolidated in the sphere of reproduction of the workforce, especially in what way such labor relations they develop among themselves, aiming to understand the concrete reality. In this sense, we highlight the various determinations present in this space, such as: the production and reproduction of the workforce, as well as exploitation, the (in)security of workers, the dismantling of social rights, with serious repercussions in social security rights. The research will take place through the insertion in the field, associated with the use of bibliographic and documentary research, of a qualitative nature, supported by historical-dialectical materialism, with the application of a socioeconomic questionnaire, as well as the use of a semi-structured questionnaire with five urban cleaning workers, through simple random choice. The data collected through the survey became crucial indicators in relation to the work objectives, such as precarious work, low wages, long working hours, workers' insecurity, job instability, as well as other elements that directly impact the living and working conditions of these professionals, establishing today a worrying reality in which these workers experience it.

**KEYWORDS:** World of work; Work processes; Productive restructuring; Urban Cleaning.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa

DAESA - Departamento de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental

EPIS - Equipamentos de Proteção Individual

SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>1. A CATEGORIA TRABALHO: Uma reflexão a partir dos fundamentos ontológico-<br/>sociais.....</b>        | <b>14</b> |
| 1.1 O trabalho como produtor de valor .....   | 22        |
| 1.2 O trabalho no capitalismo .....   | 28        |
| 1.3 Exploração e superexploração da força de trabalho.....  | 33        |
| <b>2. O TRABALHO DO/A GARI: CAMINHOS PARA A PROFISSÃO .....</b>   | <b>41</b> |
| 2.1 O trabalho do/a gari como uma especialização coletiva na divisão sociotécnica do<br>trabalho.....     | 45        |
| 2.2 O significado e sentidos do trabalho para as/os trabalhadoras/es da limpeza urbana: Sousa-<br>PB..... | 47        |
| <b>3. RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>   | <b>50</b> |
| 3.1 Dados Socioeconômicos.....  | 50        |
| 3.2 Análise de discurso .....   | 55        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>66</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>69</b> |
| <b>APÊNDICE I.....</b>  | <b>72</b> |

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que tem como título -Trabalho inglório? Estudo sobre as condições de trabalho das (os) trabalhadoras (es) da limpeza urbana do município de Sousa-PB, foi elaborado com o intuito de desvelar a realidade dos/as trabalhadores/as da limpeza urbana da cidade de Sousa-PB diante do seu processo de trabalho, bem como trazer o debate acerca da categoria trabalho, levando em consideração as atuais transformações ocorridas no mundo do trabalho nas quais se envolvem estes/as profissionais. Deste modo, em virtude das várias consequências existentes na contemporaneidade sob as vigentes determinações dadas tanto no âmbito político, quanto no econômico, tendo em vista os desafios enfrentados por esta classe frente aos desmontes nos direitos, sobretudo no que tange aos direitos trabalhistas e previdenciários. Diante disso, analisamos criticamente o contexto de precarização do trabalho destes/as trabalhadores/as, e a forma na qual esses determinantes impactam na vida, bem como no exercício profissional destes/as trabalhadores/as.

Nosso estudo se justifica pela inequívoca e imprescindível necessidade de desvelar essa realidade evidente, porém, enraizada em suas diversas expressões multifacetadas, as quais na maioria das vezes, colocam o trabalho, principalmente, o trabalho precarizado, desregulamentado, como mecanismo de respostas ao desemprego estrutural e acesso à renda, expressa de maneira evidente e incontestável a presença de um trabalho totalmente desprotegido, tanto social quanto juridicamente, o qual impulsiona os trabalhadores/as para a esfera da reprodução da miséria. Nesse sentido, para a escolha desse tema, partimos das contribuições do método crítico dialético, bem como pelo interesse em discutir sobre a categoria trabalho.

Desse modo, nossa pesquisa também tem a pretensão de dar retorno à sociedade através deste estudo, a fim de desvelar a realidade cotidiana dos processos de trabalho dos sujeitos, os quais estão inseridos na esfera da produção e reprodução da força de trabalho. Para tal análise, nossa crítica fundamenta-se também em torno da problemática acerca do trabalho, em que o seu sentido ontológico se torna invisibilizado, principalmente, na sociedade fundada pelo modo de produção capitalista, no qual impulsiona a classe trabalhadora a um trabalho precarizado, desprotegido de qualquer tipo de segurança social e acentuada destruição de direitos.

Em relação à sua relevância social, nossa pesquisa se configura como uma das primeiras produções científicas realizadas na região, partindo do estudo desse processo de desvelamento desta realidade, considerando a inserção da Universidade Federal de Campina

Grande no sertão da Paraíba e afirmar seu papel de produtora de conhecimento para a sociedade, articulando as esferas as quais constituem o tripé ensino-pesquisa-extensão, reforçando ainda mais a sua importância e função social, especialmente, no debate em torno desta problemática.

À vista disso, a pesquisa tem como objetivo geral desvelar o processo de trabalho dos/as trabalhadores/as da limpeza urbana na cidade de Sousa/PB. Os objetivos específicos se constituem em traçar o perfil socioeconômico dos/as trabalhadores/as da limpeza urbana do município de Sousa, bem como conhecer as condições de trabalho e seus variados nexos causais, além de investigar os impactos das reformas trabalhistas e previdenciárias no contexto do funcionalismo público.

Visando a atingir os objetivos aqui explicitados, essa pesquisa possui natureza explicativa, partindo da realidade concreta para alcançar a essência do real, evidenciando pelo seu objetivo de desvelar a realidade pesquisada. Com vistas apropriar-se do objeto que ora nos propusemos a estudar, utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, objetivando favorecer um arcabouço teórico-metodológico de compreensão do objeto de pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 1999). Apesar dos materiais a serem analisados, trata-se de uma escolha previamente definida, logo intencional e não probabilística, o que não impossibilita ao pesquisador incorporar outros materiais ou até mesmo excluir os existentes, visando atender o movimento empreendido na pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 1999).

Desta forma, partindo das análises realizadas nesta pesquisa, o trabalho foi estruturado em três capítulos nos quais abordamos os vários aspectos relacionados ao trabalho como categoria fundante do desenvolvimento do gênero humano, bem como das determinadas relações sociais existentes na sociedade.

No primeiro capítulo trouxemos a concepção sobre a categoria trabalho, bem como as suas configurações. Deste modo, abordamos sobre o trabalho e o seu sentido ontológico, compreendendo-o como fundante do ser social e como responsável por atender as necessidades do humano genérico na sua relação com a natureza. Além disso, abordamos sobre o trabalho como produtor de valores, uma vez que, em seu sentido ontológico, o trabalho apresenta este aspecto. Isto posto, apresentamos também a maneira de como tal categoria tem se configurado no capitalismo, seguindo a análise voltada ao contexto de exploração e superexploração da força de trabalho.

No entanto, analisamos o processo de precarização do trabalho partindo do contexto marcado pelas crises sofridas pelo capital no interior do seu sistema de dominação, o que

ocasionou profundas implicações para classe trabalhadora, o que nos possibilitou explicar sobre a crise de 1970, e a crise dos modelos taylorista e fordista, na qual impulsionou o capital a aderir a um modelo de produção e novas formas de organização e gestão do trabalho.

Nessa perspectiva, tratamos no capítulo dois sobre a profissão dos/as garis, fazendo um recorte para os/as trabalhadores/as da cidade de Sousa-PB. Para tanto, fizemos um breve contexto histórico sobre o surgimento da profissão, bem como os desafios enfrentados cotidianamente por estes/as profissionais em seus postos de trabalho. Seguimos contextualizando sobre o trabalho do/a gari como uma especialização coletiva na divisão sóciotécnica do trabalho, e finalizamos o capítulo abordando sobre o significado e os sentidos do trabalho para os/as trabalhadores/as da limpeza urbana da cidade de Sousa-PB, no qual apresentamos os recursos utilizados para a realização da pesquisa.

No terceiro e último capítulo, com a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) cujo parecer de número 4.487.659, realizamos a pesquisa empírica e divulgamos os resultados por meio de gráficos nos quais revelam os dados sócioeconômicos dos/as trabalhadores/as, aos quais estão relacionados a questões de idade, de sexo, de raça e de etnia, dentre outros. Além de apresentar os dados referentes ao seu processo de trabalho. Por fim, divulgamos a análise de discurso elaborada por meio do questionário semiestruturado com o total de oito perguntas, relacionadas ao cotidiano de trabalho, representadas pelas falas dos/as trabalhadores/as entrevistados/as.

Portanto, utilizamos para a pesquisa estudos relacionados à categoria trabalho, bem como a precarização do trabalho, o trabalho como produtor de valor, o trabalho dentro do capitalismo e suas crises, a questão da exploração e superexploração, além dos estudos sobre a profissão dos/as garis. Para esta abordagem, foram utilizadas discussões de autores e autoras como: Marx (2017), Lukács (2013), Ricardo Antunes (2005, 2009, 2018), Ricardo Antunes e Graça Druck (2015), Celso Frederico (2005), Reginaldo França (2018, 2020), José Paulo Netto e Marcelo Braz (2007, 2012), Ana Elizabete Mota (1995), Maria Augusta Tavares (2004), Behring e Boschetti (2011), Pinto (2007), Juliana Guanais (2016), Isaak Illich Rubin (1987), Ruy Mauro Marini (2005) e Silva Pontes (2019), entre outros artigos.

Importante destacar que para tal análise foi possível a inserção do/a pesquisador/a no campo da pesquisa, ou seja, no local de trabalho dos/as entrevistados/as e, ainda, para manter o sigilo dos/as participantes e de acordo com os princípios éticos na pesquisa em que envolve seres humanos, substituímos os nomes dos/as participantes pela ordem da numeração na qual ocorreu as entrevistas. Ademais, torna-se relevante os estudos acerca da categoria trabalho,

bem como os estudos voltados à compreensão do mundo do trabalho, já que este é tido como base constitutiva da vida humana.

Além disso, ressalta-se a importante relação que tal categoria tem diante das transformações que ocorrem no mundo do trabalho, como a precarização do trabalho. Partindo da nova era do capitalismo na qual tem fortes rebatimentos na vida da classe que vive do trabalho, apontando as implicações que atingem os processos de trabalho principalmente dos/as trabalhadores/as da limpeza urbana de Sousa-PB, em seus diversos espaços de trabalho, sobretudo nos graus de dificuldades que estes/as trabalhadores/as enfrentam cotidianamente para exercer a sua atividade laboral.

### **1. A CATEGORIA TRABALHO: Uma reflexão a partir dos fundamentos ontológico-sociais**

No decorrer dos anos, a temática sobre a categoria trabalho vem ganhando um amplo espaço nos campos das pesquisas, em que vários estudiosos buscam encontrar respostas no que se refere às diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo nas relações sociais. Tal categoria se apresenta como um fator determinante e de extrema importância na constituição e compreensão da sociedade, na qual assume um papel fundante entre a relação com os indivíduos e as classes sociais.

Entretanto, para realizarmos uma análise séria sobre a categoria trabalho, antes de tudo, é necessário que haja uma compreensão acerca da sua gênese e da sua relação com o humano genérico. Para dar base para nossa discussão, recorreremos a compreensão da teoria do valor trabalho, na qual esta se coloca como um fundamento indispensável para tal estudo e, ainda, com argumentos sustentados nas obras marxiana e lukacsiana, com objetivo de desvelamento da realidade numa perspectiva de totalidade, na qual envolve o mundo do trabalho, bem como as transformações sociais presentes na sociedade capitalista.

As teses presentes na obra de Lukács são centrais na construção deste debate, em que o filósofo húngaro realizou um estudo minucioso a fim de compreender as origens do ser social, partindo do estudo ontológico sobre o trabalho, no qual tal categoria é tida como fundante deste ser, além dos complexos existentes na vida em sociedade.

Para nos aprofundarmos no entendimento acerca da categoria trabalho, faz-se necessário um embasamento teórico-metodológico para tal compreensão, em que para expor



em termos ontológicos as mais distintas categorias<sup>1</sup> do ser social, bem como o seu desenvolvimento, Lukács (2013) ressalta que

[...] para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho [...] (LUKÁCS, 2013, p. 41).

Como já elucidado por Lukács, para compreender essas categorias, sejam elas em seu grau de desenvolvimento e/ou complexidades, bem como em suas distintas formas de ser que antecedem as suas relações. Tal análise só é possível se concretizar partindo de um aprofundamento sobre a categoria do trabalho, para que possamos chegar ao entendimento dessas categorias. Assim, não devemos analisá-las de forma separada ou isolada, pois correríamos o risco de fragmentá-las.

Imbricada nas relações sociais tipicamente capitalistas, a sociedade apresenta-se como uma totalidade organizada por esferas, ou seja, totalidades cuja sua maior representação está relacionada na (re) produção, na qual se efetua em diversas particularidades e regularidades próprias, visto que essas esferas podem ganhar autonomia de acordo com a complexidade que se opera na sociedade, como bem afirma Barroco (2010):

Conforme a sociedade se complexifica, as esferas sociais podem ganhar uma certa autonomia, o que pode levar a uma falsa compreensão da realidade social: a idéia de que suas esferas podem ser isoladas -umas das outras e em relação à totalidade - para ser analisadas (BARROCO,2010, p.25).

Desse modo, analisar o desenvolvimento do ser social impõe uma indissociável relação entre as categorias presentes e decisivas no seu desenvolver, isso implica dizer que o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho são elementos constitutivos neste processo. Desta forma, surgem novas relações da consciência com a realidade e,consequentemente, com a própria consciência, visto que, tal condição ontológica de que o trabalho é legatário vincula o ser social a um caráter universal e sócio histórico.

---

<sup>1</sup> Em relação às categorias, Lukács (2013, p.86) afirma que elas assumem, nos novos complexos do ser, uma supremacia de forma cada vez mais clara em relação aos graus inferiores, nos quais estes continuam sendo fundantes materialmente de sua existência.

Retomemos, então, a discussão sobre o trabalho enquanto base material para o desenvolvimento da práxis humana,<sup>2</sup> na qual as suas objetividades não se constroem apenas de forma individual, como destaca Barroco (2010):

O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura (BARROCO, 2010, p.26-27).

Sendo assim, o trabalho deriva da cooperação entre os indivíduos em sociedade, pois é por intermédio destas relações que tais sujeitos conseguem responder as suas aspirações, objetivações e necessidades, uma vez que, é por meio da práxis humana, que as suas mediações e capacidades essenciais são conquistadas, partindo de todo um processo histórico em sua autoconstrução na qual deriva do trabalho, como a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade.

A consciência humana é pressuposto da autoconstrução do ser social, visto que, ela é um princípio posto em movimento na qual deriva do trabalho, em que o ser social desenvolvido e dotado de racionalidade consegue neste estágio fazer suas próprias escolhas.

Logo, cabe aqui destacar o papel da autoconsciência, na qual

[...] é um ato de autodeterminação; capacidade humana posta em movimento pelo trabalho. Ao ser capaz de autodeterminar-se o ser social evidencia sua vontade racional liberadora de sua autonomia; pode escolher entre alternativas por ele criadas, traçar o seu destino, superar limites, fazer escolhas, objetivando suas capacidades e deliberações [...] (BARROCO, 2010, p.28)

O trabalho, portanto, configura ao humano genérico um status de liberdade, além de encontrar formas de compreender a sociabilidade, bem como a universalidade, implica também, e não menos importante, ao conhecimento da natureza e os valores dos objetos, aos quais são imprescindíveis ao seu desenvolvimento, destacando-se aqui, a racionalidade da consciência humana e sua capacidade valorativa.

Para que haja transformação na natureza, é necessário que o homem tenha um certo conhecimento para saber quais são as maneiras mais apropriadas para a sua intervenção, seja

---

<sup>2</sup> Para (NETTO; BRAZ, 2012, p.56) a práxis permite a compreensão do ser social desenvolvido para além das suas objetivações primárias, derivadas do trabalho. É nela que o ser social desenvolvido se projeta e se realiza tanto nas objetivações materiais e ideais da ciência, bem como da filosofia, da arte, em que o homem se torna um ser capaz de construir um mundo de produtos, obras e valores. Tal categoria revela o homem como ser criativo e autoprodutivo, uma vez que, ele é produto e criação da sua autoatividade.

para produzir algo ou para construir instrumentos de trabalho com os objetos encontrados na natureza, em que esses produtos se transformam em um valor inexistente no objeto, porém resulta da autoatividade do homem.

Enquanto atividade indispensável à emergência do ser social, o trabalho carece de um distanciamento entre a imediatez das formas instintivas, pois é por meio da natureza que se objetiva uma determinada transformação antes já idealizada, mediada, cujo objetivo é a satisfação das necessidades humanas e, conseqüentemente, rumo à sua humanização.

O trabalho destaca-se aqui como ponto de partida para a apreensão da totalidade social, em que mediante de tal distanciamento, leva o humano-genérico a constituir-se em um novo tipo de ser, o social. Desta forma, em relação à processualidade coexistente entre o homem e a natureza, Marx afirma que:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. (MARX, 2017, p. 255).

Nesse sentido, ao desenvolver suas potencialidades, ainda que ocultas e agindo sobre a natureza modificando-a, o ser social transforma ao mesmo tempo a sua própria natureza. Não se trata de uma única forma de modo instintivo, animal, do trabalho, trata-se de uma segregação em um intervalo de tempo em que o/a trabalhador/a nesse estágio, coloca-se no mercado como vendedor/a da sua própria força de trabalho.

Para tanto, o trabalho como já aludido por Marx, é o fundamento ontológico do desenvolvimento do ser social, pois é pôr e por meio dele que são constituídas as mediações necessárias para diferenciar o ser social dos seres encontrados na natureza. Pressupondo o trabalho no que diz respeito exclusivamente ao homem, Marx é pontual ao tomar como exemplo a diferenciação do processo de trabalho no reino animal no qual

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2017, p.255-256).

O trabalho se apresenta aqui como fazer unicamente humano ao ser social com capacidade teleológica, no qual não é possível encontrá-lo em outras formas de ser, sejam nas

esferas orgânicas ou inorgânicas. Logo, ao compará-lo com uma abelha destaca-se o papel da racionalidade, ou como colocado por Marx, o processo teleológico em que ao final do processo de trabalho chega-se a um resultado final, cujo ideia já estava previamente presente em sua consciência no início do processo a fim de objetiva-lo, ou seja, já existia idealmente, a capacidade intelectual de desenvolver a sua atividade desejada, a sua finalidade antes de objetiva-la concretamente.

Entretanto, a teleologia caracteriza-se como determinante no processo dessa relação homem/natureza, uma vez que seria impossível pensar no desenvolvimento da práxis humana sem tal aspecto, a qual fundamenta-se no trabalho, evidenciando o ser social como uma nova espécie autônoma de ser. Da maneira em que o homem apropria-se intelectualmente e concretamente dos meios encontrados na natureza, em meio a este processo complexo e metabólico, modifica-se não somente a natureza, mas também o ser social, em que o grau do seu ser, da sua capacidade racional, tornam-se maior na medida em que eleva e enriquece estas potencialidades em questão.

Desta forma, vale ressaltar as necessidades de satisfação humana presentes neste processo, em que no decorrer de suas mediações e articulações, as quais provocam não somente o ato de responder teologicamente a expectativa de satisfazê-las, mas apresentando-se como elemento ontologicamente primário neste complexo de relações, tratando-se da relevância desta satisfação do humano genérico racional existente justamente em função de seu dinamismo.

Sendo assim, o trabalho em si não se limita apenas a necessidade de maneira instintiva, como no caso dos animais, bem como não se apresenta como uma mera resposta a um meio concreto, ou seja, destaca-se aqui, novamente, o papel essencial da consciência quando atribuído de forma precisa no plano ontológico em que:

[...] quanto mais se toma consciência de que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseado a sua existência, o da vida orgânica, e se torna uma nova espécie autônoma de ser, somente porque há nele este operar real do ato teleológico [...] (LUKÁCS, 2013, p.13).

Desse modo, como explicitado acima, situa-se neste processo a transformação do homem enquanto ser, no qual ao confrontar-se com a natureza tanto modificando-a, quanto modificando a sua própria natureza, ele encontra na mesma os meios aos quais permitem suprir as suas necessidades individuais e/ou coletivas, em que a partir de sua capacidade

teleológica, materializa seu objetivo por meio desta mediação, modificando-a em favor de sua satisfação intelectual e material.

Nas análises elaboradas por Marx, o pensador alemão apresenta com clareza elementos essenciais ontológicos, nos quais são categorias fundamentais para a compreensão e satisfação do trabalho, em que se compõem entre elas, as esferas orgânica e inorgânica.

A esfera inorgânica é aquela que não possui vida própria ou capacidade de reprodução, que é composta por material na qual sua transformação só ocorre se existir caráter igual em relação a outra peça dependendo de seu estado, sendo materiais concretos, palpáveis e inanimados. Já a esfera orgânica, esta é capaz de se reproduzir de maneira biológica como, por exemplo, no caso dos animais que possuem vida própria, na qual sua representação se dá por meio dessas características, mas que ao mesmo tempo, aparecem como seres irracionais, ou seja, não possuem racionalidade.

No entanto, citado de forma precisa por Lukács, é imprescindível a compreensão sobre a teleologia como característica em que determina tal processo dessa relação, uma vez que, o desenvolvimento da práxis humana só se torna possível pelo interior desta compreensão, na qual o seu fundamento se dá no trabalho, no qual o ser social ganha destaque como uma nova espécie autônoma de ser. Nesse sentido, -[...] só é lícito falar do ser social quando se compreende que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base e o seu processo de tornar-se algo autônomo se baseiam no trabalho, isto é, na continuada realização de posições teleológicas (LUKÁCS, 2013, p. 11).

A teleologia, portanto, é em sua essência uma categoria posta, na qual todo o processo teleológico consiste em uma finalidade, ou uma consciência que estabelece fins, porém não há teleologia sem causalidade, é ela que diferencia o humano-genérico dos animais. A teleologia é entendida como capacidade naturalmente reflexiva, posta na busca da realização e objetivação das necessidades, enquanto que a causalidade

[...] é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins [...] (LUKÁCS, 2010, p.48).

Desse modo, o trabalho precisa ser apreendido conforme a sua base genética e social, uma vez que, a ação humana (práxis) coloca-se como detentora de uma racionalidade, característica própria e insubstituível, a teleologia, que em suas formas primárias e secundárias, possui posições em que se particularizam no trabalho, tendo em vista a sua

atuação em um caráter coletivo, na qual diz respeito a ação de um sujeito sobre o outro, a fim de suprir as suas necessidades, permitindo que o trabalho apresente uma objetivação, materialização ou uma finalidade.

Portanto, para Lukács a relação entre teleologia e causalidade se configura como uma expressão de uma teleologia primária, em que se particulariza no trabalho, seja ele manual ou intelectual, e que oportuniza o homem rumo à sua humanização, ou a um novo tipo de ser, mediante as mediações necessárias, estabelecida na relação entre homem/natureza para a satisfação das suas necessidades individuais ou coletivas, bem como diante das necessidades econômicas.

Destarte, para o pensador, neste conjunto de complexos, emergem determinadas posições, nas quais passam da materialidade da vida social que logo se ancoram diante de pores que delineiam formas de comportamentos, nos quais (LUKÁCS, 2013) vai denominar como pores teleológicos secundários<sup>3</sup>, que por sua vez, estes dizem respeito ao trabalho em uma perspectiva na qual distancia a imediaticidade, como por exemplo, na transformação de um determinado objeto.

Neste aspecto, o trabalho envolve a ação do sujeito coletivo, em que os pores teleológicos secundários determinam o campo das ideologias, em que o homem se torna um ser influenciável, no sentido de que, ao realizar a sua práxis, ele conduz os outros seres a responderem de forma consciente as alternativas que lhes são postas. Tomado neste sentido, o filósofo húngaro afirma que esta ação se trata nada mais, nada menos de uma —[...] tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Retomando à reflexão sobre teleologia e causalidade, tal materialização só se torna possível a partir dessa relação com a natureza, bem como a capacidade de racionalização a qual carece da teleologia. Em seu contato com a natureza e de acordo com o desenvolvimento social, as posições teleológicas situam-se também em uma determinada esfera econômica como forma de meios de subsistência/sobrevivência do ser social para a satisfação das suas necessidades, nas quais transgredirão para um processo de realização de valor de uso, como destaca (FREDERICO, 2005):

---

<sup>3</sup> Os pores teleológicos secundários se distinguem dos pores teleológicos primários, aos quais estão diretamente imbricados na relação com a natureza. Os pores teleológicos secundários originam-se a um momento no qual há uma inversão neste processo, em que a práxis humano-social se apresenta como algo qualitativamente novo, situando-se como uma forma superior alçada por mediações, que ao mesmo tempo, provoca determinadas formas de influências no que se refere ao comportamento humano, onde estas se direcionam à consciência dos seres sociais (FRANÇA JÚNIOR, 2020, p.576).

Com o desenvolvimento social, a esfera estritamente econômica, aquela voltada para a subsistência imediata, é acrescida dos níveis mais complexos que irão compor a sociedade (direito, arte, etc.). Inicialmente, o trabalho sobre a natureza inicia o processo de criação de valores (na forma seminal de valor de uso). (FREDÉRICO, 2005, p. 133).

O trabalho requer aqui um duplo movimento para a sua realização, em que um é voltado à transformação da natureza, ao qual resultará na realização de valores de uso, enquanto o outro se dirige à consciência dos outros homens, a fim de induzi-los no campo da reprodução ideológica, sendo este último, posições teleológicas premissas de valores que lhes são implícitos. Considera-se nesse sentido, o fato de que não há homem sem natureza, porém se reconhece a existência da natureza sem o homem, ao passo em que o trabalho se mostra como uma potência social em constante movimento a partir de sua interação com a matéria encontrada na natureza para a satisfação das suas necessidades.

Assim, (FRANÇA JÚNIOR, 2018, p. 36) afirma:

Determinado como uma processualidade coexistente e ontologicamente considerada diante da relação entre humano-genérico e natureza, o trabalho é uma potência social em constante e irrefreável movimento, rumo à satisfação das necessidades sociais, quer elas individuais e/ou coletivas, situado por Lukács, sustentado em Marx, como um processo genético de incontáveis interações humanas com sua matéria e que inevitavelmente se encontra baseado na substância social, *in nuce*, na natureza.

Segundo FRANÇA JÚNIOR (2018) esta natureza na concepção em Lukács não se trata de uma condição fantasiosa, em que se fundamenta na imaterialidade ou na subjetividade. Esta natureza é ineliminável e compreendida como um terreno repleto de legalidades próprias, e que mesmo com a emergência do ser social e com o afastamento das barreiras naturais, estas realizadas pelos homens com o seu trabalho, sua legalidade permanece intacta e não é modificada.

Diante desse contexto, as relações sociais estabelecidas em uma determinada sociabilidade, a partir do que é encontrado em sua dinamicidade e complexidade, nos conflitos existentes entre a relação capital x trabalho, possibilitam ao humano-genérico as mais variadas formas de transformação social, para que o trabalho se realize pelos meios encontrados na natureza, colocando-os numa posição como valor de uso.

É, pois, a partir do duplo sentido em que se encontra o trabalho, que começam a surgir novas formas de ser, bem como novos e complexos valores em que [...] os homens,

escolhendo entre aqueles que lhes parecem corretos, procuram persuadir os seus semelhantes, convencê-los a aceitar um fim determinado [...] (FREDERICO, 2005, p.133).

Portanto, o trabalho necessita de um duplo movimento para a sua realização, em que um, está voltado à transformação da natureza, por intermédio dos meios que são encontrados, colocando-os em um status de valor de uso, e o outro é voltado à consciência, na qual outros homens são induzidos a aceitarem as variadas alternativas, ou seja, as posições teleológicas e os valores ainda ocultos. Sustentado nas palavras de Marx, o trabalho exerce também uma função de criador de valores, uma vez que

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2017, p.120).

O trabalho é, então, categoria indispensável ao desenvolvimento do humano-genérico e da vida em sociedade, é tido como condição inegável da existência humana, no qual o ser social desenvolvido a partir de sua autoatividade, torna-se um ser capaz de transformar os objetos encontrados na natureza para satisfazer suas necessidades, e ao mesmo tempo atribuir uma determinada valoração ao objeto transformado.

Portanto, pautado nas determinações sociais capitalistas, e sob os marcos da sociedade estruturada pelo modo de produção capitalista, todo trabalho produzido pelo trabalhador torna-se social com base nas necessidades coletivas. Além de estabelecer mediações necessárias entre os indivíduos a partir do que é produzido, o trabalho engloba um valor socialmente estabelecido, ou seja, se apresenta também como produtor de valores, tema no qual abordaremos no tópico seguinte.

### **1.1 O trabalho como produtor de valor**

Em face às determinações englobadas no processo de reprodução do capital, assinala-se que os frutos derivados do trabalho humano são determinados por mediações nas quais se tornam fortemente sociais, tendo em vista que, a partir das necessidades determinadas pela coletividade dos seres sociais, as relações se entrelaçam entre os sujeitos sociais, visto que, a riqueza das sociedades em que se opera o modo de produção capitalista, apresenta-se como um gigantesco apanhado de mercadorias. Desta forma, pontua Marx que:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do



estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão (MARX, 2017, p.113).

Neste sentido, as mercadorias produzidas que interligam os seres sociais frente à uma produção de forma coletiva satisfaz as necessidades humanas, na qual a sua utilidade é determinada pela sua propriedade e faz dela um determinado tipo de valor, o valor de uso. Entretanto, é cabível considerar que toda e qualquer coisa que tenha utilidade, nela existe dois pontos de vistas diferentes, em que um refere-se ao da quantidade, e o outro ao da qualidade, visto que cada um possui propriedades que podem ser úteis em vários aspectos, ou seja, quando falamos da utilidade de uma determinada coisa, estamos falando de valor de uso. Porém esta utilidade não é uma entidade onírica, fantasiosa, tendo em vista que ela está inteiramente condicionada à mercadoria, sem esta, tal utilidade não pode existir.

Desse modo, é dada a efetivação dos valores de uso, uma vez que são eles que formam o conteúdo material da riqueza socialmente produzida, seja ela em qualquer forma social. Entretanto, na sociedade capitalista os valores de uso constituem e dão suporte material a outro tipo de valor, o de troca, no qual este [...] aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço [...] (MARX, 2017, p.114).

Assim sendo, vale destacar que é na intrínseca relação entre sociedade e natureza que são produzidos os valores de uso derivados do trabalho e que sem ele é impossível que a sociedade se mantenha, pois a sua existência depende do trabalho para a produção de valores de uso. No entanto, quando se é valor de uso, a mercadoria, por sua vez, é um produto do trabalho, porém nem tudo que resulta do trabalho e que possui valor de uso pode ser considerado como mercadoria, pois só é mercadoria os valores de uso que podem ser reproduzidos por várias vezes, e

Em segundo lugar, porque *a mercadoria é um valor de uso que se produz para a troca, para a venda*; os valores de uso produzidos para o autoconsumo do produtor ( o móvel que um marceneiro fabrica para o uso em sua própria casa) não são mercadorias - somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais (humanas) de outrem e , portanto, sejam requisitados por outrem, constituem mercadoria; esta, pois, dispõe de uma dimensão que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida ( o seu *valor de troca*) ( **Grifos do autor**).

A mercadoria, portanto, concentra o valor de uso e o valor de troca. Considerada neste aspecto, para que haja produção de mercadoria é necessário a existência da divisão social do trabalho, uma vez que, para que se possa produzir diferentes mercadorias, é preciso que o

trabalho esteja vinculado à força de trabalho humana. Porém não se trata de uma única forma suficiente para tal acontecimento, pois ela deve estar associada à propriedade privada dos meios de produção, podendo ser comprada ou vendida a mercadoria daquele que seja seu detentor, e para que isso aconteça é necessário que os meios aos quais foram produzidos pertençam ao seu produtor, ou seja, é necessário que os meios de produção produzidos pelos trabalhadores os pertençam, porém acontece o inverso.

Importante destacar que quando a propriedade dos meios de produção se apresenta de forma coletiva, ainda que note alguma divisão do trabalho, não se torna possível a sua compra e venda, pois o produto construído pela força de trabalho humana pertence ao seu conjunto coletivo. Notório assinalar que a produção de mercadorias são condições indispensáveis à divisão social do trabalho, bem como à propriedade privada dos meios de produção, pois sem elas, é possível produzir os bens e os valores de uso, mas não se produz mercadorias. Assim, [...] o valor da mercadoria depende da quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção; ou, numa formulação geral, que o trabalho está oculto por trás do, ou está contido no valor: valor = trabalho —materializado|| [...]|| (RUBIN, 1987, p.77).

Sendo assim, um valor de uso ou um bem só possui caráter valorativo quando nele está contido o trabalho humano objetivado e materializado. O que vai atribuir valor à mercadoria, não é o dinheiro, ou nas palavras de Marx, o que determina unicamente a grandeza do valor a partir da produção de um valor de uso, é a quantidade de trabalho socialmente necessário, ou o tempo de trabalho socialmente necessário. No entanto, sustentado na teoria de Marx, o pensador alemão enfatiza que:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta, etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria (MARX, 2017, p.118).

Inegável a concepção de Marx no que se refere à produção de valor, visto que qualquer que seja uma determinada coisa, pode representar um valor de uso sem conter um valor, como os fenômenos naturais. Isso acontece desta maneira quando a utilidade desse valor não é mediada, objetivada e materializada pelo trabalho, ou seja, o sujeito que possui o produto e através dele satisfaz as suas próprias necessidades, cria neste produto um valor de uso, mas não uma mercadoria.

Logo, para produzir mercadoria, é preciso que ele tenha de produzir não somente valor de uso, mas um valor de uso socialmente determinado, haja vista que a transformação desse valor de uso em mercadoria se dá por meio da troca, em que o produto transferido para

outrem servirá como valor de uso. Portanto, as coisas que não são objetos de uso não podem conter valor, uma vez que elas não têm utilidade, o trabalho nelas contido também se torna inútil, e deste modo, não cria nenhum tipo de valor.

No entanto, é dado o surgimento da produção mercantil já no escravismo, na qual se desenvolve e se fortalece no feudalismo. Tal produção de mercadorias, designada como produção mercantil simples, [...] se assentava em dois pilares: *o trabalho pessoal* e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os *proprietários dos meios de produção* que empregavam[...] (NETTO; BRAZ, 2012, p.94).

Entretanto, esta produção não resultava em relações de exploração, uma vez que o trabalhador camponês compartilhava de seu trabalho com os demais membros dessa sociedade, bem como com familiares, pois o trabalho se dava de maneira solidária. Além disso, tal produção era destinada ao mercado no âmbito local, de forma restrita, visto que, os produtores eram conhecedores das necessidades dos compradores. Deste modo, a produção se dava exclusivamente ao consumo pessoal, ou às trocas entre mercadorias, na qual os lucros retirados da relação entre compra e venda, passam a incorporar valores de troca, cujo objetivo nada mais era de acumulação de capital.

Na produção de mercadorias, a divisão sócio técnica do trabalho, bem como a propriedade dos meios de produção tornam-se fundamentais neste processo, pois ambas ocasionam a apropriação do lucro e do produto do trabalho de forma coletiva, em que a partir desses parâmetros vão dar origem ao surgimento de tal produção, na qual se configura no decurso da ampliação das rotas comerciais e do desenvolvimento e circulação do comércio.

Fomentando uma produção mercantil capitalista, tais relações se apresentam de maneiras distintas, uma é através da compra e a outra é pela exploração da força de trabalho na qual se dá pela extração da mais-valia, ou pelo trabalho não pago. Desta forma, com a chegada dos comerciantes, o cenário da produção mercantil passa por algumas mudanças, uma vez que, tal produção é vendida e concentrada nas mãos dos capitalistas, os quais visando o controle total da produção e não apenas o da circulação das mercadorias. Sobre isso, podemos enfatizar que:

Os comerciantes não controlavam ou dominavam a produção: sua atividade consistia em encontrar mercadorias que podiam comprar a preços baixos e vender a preços mais altos. Frequentemente combinando a compra e a venda com a pirataria e os saques, começaram a acumular grandes lucros— a base do seu *capital comercial* (ou capital de *comercio de mercadorias* que, junto com o capital de *comercio de dinheiro*, constitui o *capital mercantil*) (NETTO; BRAZ, 2012, p.95).

Nota-se, portanto, a ausência dos comerciantes no que se refere à sua participação no campo da produção, uma vez que, mantinha-se apenas uma ligação entre os espaços de compra e venda, tendo em vista que os lucros obtidos tinham fundamento entre os que pagavam e recebiam pelos produtos comercializados. Desta forma, com a crescente ampliação do comércio, as mercadorias por sua vez, frente ao seu processo de atribuição de valor passava a serem medidas e comparadas umas às outras, visto que, o que vai diferenciá-las neste ponto é a quantidade de tempo, o trabalho utilizado na sua produção, ou o tempo socialmente necessário.

Destarte, atribui-se aqui a lei do valor, na qual Marx é pontual ao afirmar que

A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal; portanto, na medida em que, para a produção de mercadoria, ela só precisa de tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário (MARX, 2017, p.117).

Neste sentido, o que determina o valor de uma mercadoria é meramente a quantidade de trabalho nela produzido, ou o trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso, no qual determina a grandeza de seu valor, haja vista que o valor se manifesta quando se compara mercadorias diferentes no processo de troca. Assim é por meio e através da troca que o valor das mercadorias se expressa, configurando-se como valores, ou nas palavras de Marx, as mercadorias nada mais são do que medidas determinadas de tempo de trabalho -cristalizado.

Diante disso, dar-se a distinção entre a produção mercantil capitalista da produção mercantil simples, nas quais ambas são pressupostas a divisão sócio técnica do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. Contudo, essa propriedade não compete ao produtor direto, mas ao capitalista (o burguês), em que se extingue nesse âmbito o trabalho pessoal do proprietário que antes detinha os meios de produção, ou seja, a sua força de trabalho, o capitalista se converte em proprietário dos meios de produção, no qual ele (o capitalista) compra a força de trabalho, e com os meios de produção nos quais agora lhe pertencem, irá produzir mercadorias (NETTO; BRAZ, 2012, p.96).

Todavia, a produção mercantil capitalista difere da produção mercantil simples porque a primeira está estruturada justamente na força de trabalho, na qual esta se torna mercadoria por meio da sua compra e venda, e a troca do salário pago pelo detentor dos meios de

produção, cujo os seus lucros se diferenciam dos lucros do comerciante, uma vez que, a origem desses lucros vem da exploração da força de trabalho, contida no interior da produção de mercadorias as quais são controladas pela organização capitalista.

Deste modo, a força de trabalho se encontra enquanto mercadoria, ao passo em que a compra, bem como outras mercadorias respondem às necessidades estabelecidas pela detenção dos meios de produção, enquanto que o valor que é pago pela força de trabalho, estabelece determinações a partir do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir outras mercadorias, e os bens necessários à sua manutenção e reprodução,

E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) — e este último é maior que o primeiro. (NETTO; BRAZ, 2012, p.113).

Como vimos, na sociedade onde opera o modo de produção capitalista, para a obtenção de seus lucros, faz-se necessária a compra e venda das mercadorias, uma vez que, esta possibilita ao capital a acumulação de dinheiro que é base estruturante para a sua manutenção e reprodução, sobretudo utilizando-se principalmente da exploração, da compra e venda da força de trabalho humana, no sentido de que ao se converter em mercadoria, a força de trabalho explorada de maneira desigual e combinada por parte do capital, possibilita ao modo de produção a mercantilização e universalização tanto das relações sociais, quanto das relações econômico-materiais.

É neste processo de utilização e apropriação da força de trabalho e da jornada de trabalho extenuante, que o capitalista

[...] compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e adquire o direito de utilizar-se por um certo tempo (uma jornada de trabalho) do seu valor de uso (que é o trabalho criador de valor). Como dispõe do direito de utilizá-la, posto que a comprou, o capitalista emprega a força de trabalho para que deste emprego resulte um produto superior ao valor que desembolsou ao comprá-la [...] (NETTO; BRAZ, 2013, p. 113).

Entretanto, torna-se claro que o capitalista determina uma jornada de trabalho ao trabalhador/a, que lhe possibilite produzir um valor que se sobressaia ao salário pelo qual foi contratado, cujo objetivo é de que o/a trabalhador/a possa estar produzindo um valor excedente (mais-valia) ao que lhe foi pago. Ao extrair a mais-valia do/a trabalhador/a, o capitalista não deixou de pagar pelo valor da sua força de trabalho, porém o salário é representado por um valor inferior ao que foi produzido na jornada de trabalho, ou seja,

durante a sua jornada de trabalho, o possuidor da força de trabalho (o/a trabalhador/a) produz mais valor, sendo este fundamental à sua produção/reprodução.

Não obstante, ao passo em que o capitalista continua pagando pelo valor da força de trabalho, ao mesmo tempo ele extrai desta força de trabalho do/a trabalhador/a mais-valia, na qual se apresenta como chave principal para a obtenção dos seus lucros. Em outras palavras, do valor criado pela força de trabalho humana, a parte excedente é apropriada pelo capitalista. Relevante destacar a apropriação que resulta da força de trabalho por parte dos capitalistas, uma vez que, na relação entre capital/trabalho, tal apropriação acontece por meio da exploração da classe trabalhadora, colocando os sujeitos a aceitarem condições de trabalho que são postas, embora que na maioria dos casos sejam de forma precária.

Essa relação do trabalho no modo de produção capitalista se apresenta de forma velada, e de maneira proposital escapa do seu verdadeiro sentido ontológico, uma relação determinada pela exploração da jornada e da força de trabalho, além da apropriação do fruto do seu trabalho. É nessa relação que se funda tal modo de produção, em que o/a trabalhador/a para sobreviver, está condicionado/a a aceitar as condições sociais e de trabalho que são impostas pelo capital.

Porém, tal modo de produção capitalista é marcado por incontestáveis crises, nas quais suas consequências refletiram fortemente na vida da classe trabalhadora, levando esta classe ao campo de miserabilidade social, bem como ao desemprego. Sendo este último, o elemento que mais se expressou na maior crise estrutural do capital a nível global, na qual seu marco se deu devido ao contexto da reestruturação produtiva, bem como as profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

## 1.2 O trabalho no capitalismo

É na incansável luta pela sobrevivência que o trabalho tem se tornado fundamental na vida da classe trabalhadora. Porém, o mundo do trabalho tem passado por diversas transformações, principalmente na sociedade em que o modo de produção capitalista reina e mantém o seu caráter de controle e domínio sobre as relações da vida social.

Entretanto, como já apontado anteriormente, é dentro de um cenário marcado por crises no seu interior, que o sistema capitalista tem como reflexo desta crise o desemprego estrutural, bem como a miséria social e a exploração do homem. Foi no apogeu da era fordista e keynesiana<sup>4</sup>, no início dos anos 70, que o capitalismo começou a sinalizar em seu cenário

---

4 [...] O padrão de acumulação *fordista/keynesiano* afirmou-se com as indústrias produzindo no máximo das suas possibilidades e assim → círculo virtuoso se completava. No plano da regulação social, temos o -pleno

um quadro mais crítico, convertendo-se em vários traços que marcaram este período, como por exemplo, a queda da taxa de lucro.

Durante este período, outros elementos importantes também ganharam destaque, como o enfraquecimento do padrão de acumulação de produção, no qual este já não era capaz de responder à redução do consumo que logo se acentuava, ou seja, tratava-se de uma resposta de forma lenta ao desemprego estrutural que se instaurava. Além disso, foi neste cenário em que a esfera do mercado financeiro também passou a ganhar a sua autonomia relativa frente aos capitais produtivos, na qual era uma expressão da própria crise estrutural do capital e de seu sistema de produção, em que o capital financeiro era tido como prioridade para a especulação, tendo em vista o processo de internacionalização.

No entanto, de acordo com ANTUNES (2009), a crise do fordismo e do keynesianismo, se tratava de uma expressão fenomênica em um cenário marcante, cada vez mais crítico e mais complexo, uma vez que, [...] Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma *crise estrutural do capital*, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro, decorrente dos elementos acima mencionados [...] (ANTUNES 2009, p. 33).

Ainda de acordo com o autor, tal crise manifestava-se também tanto no sentido destrutivo da lógica do capital, ao qual era presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, como em seu sistema sociometabólico que logo se tornara incontrolável. Importante destacar que a eclosão da crise estrutural ocasionou o desmoronamento do mecanismo de regulação, no qual se intensificou durante o período do pós-guerra por vários países capitalistas avançados, sobretudo nos países Europeus.

Nesse sentido, o capital inicia um processo de reorganização como forma de responder à sua crise, sobretudo nas esferas ideológicas e políticas no interior do seu sistema de dominação, em que o surgimento do neoliberalismo sublinha a privatização do Estado e a desregulamentação dos direitos trabalhistas, bem como os desmontes no setor produtivo estatal, destacando-se a era Thatcher-Reagan<sup>5</sup> como uma forte expressão, na qual culminou a um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho.

---

emprego – complemento salarial estatal e assistência pública –, consumo e produção. Resumindo, no regime da acumulação *fordista/keynesiano*, o modelo de produção é em massa, um mercado homogêneo e de larga escala, com ênfase no consumo local [...] (LARA, 2008, p. 71).

5 De acordo com Antunes (2009), este período foi marcado por uma onda de implantação de projetos neoliberais, no qual se deu a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e o desmonte no setor produtivo. Esta era se expressou de maneira mais forte, atingindo diretamente a vida da classe trabalhadora que teve repercussões em suas formas de ser, e, por conseguinte atingindo diretamente o trabalho (ANTUNES, 2009, p. 33).

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as economias dos países industrializados vivenciam um ciclo de crescimento fundamentado nos modelos fordista/keynesiano, alicerçados na hegemonia dos Estados Unidos. Ainda assim, no início dos anos 70, essas economias começam a apresentar seus indícios de esgotamento (HARVEY, 1993: 1-19 *apud* MOTA, 1995, p.49).

Desta forma, a partir do segundo pós-guerra

[...] o mundo capitalista presenciou um grande movimento de articulação entre as diversas economias, sob a hegemonia do grande capitalmonopolista norte-americano, que imprimiu à economia internacional o seu padrão de produção e de consumo [...] (MOTA, 1995, p.50).

Segundo a autora, essa articulação se efetivou por intermédio da internacionalização do capital, e por meio das empresas industriais transnacionais, bem como da mundialização do capital financeiro e da divisão internacional tanto dos mercados, quanto do trabalho. Presenciou-se, então, a partir do encerramento da fase expansionista durante o pós-guerra, que os capitais produtivos transnacionais passam a se desregular. Neste cenário, tem-se uma forte expansão e liberalização dos capitais financeiros, em que

As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberação comercial e às novas formas de domínio técnico-científico, acentuaram o caráter centralizador, discriminador e destrutivo desse processo, que tem como núcleo central os países capitalistas avançados, particularmente a sua tríade composta pelos EUA e o Nafta, a Alemanha à frente da União Europeia e o Japão liderando os países asiáticos, com o primeiro bloco exercendo o papel de comando (ANTUNES, 2009, p.34).

Para tanto, com exceção dos núcleos centrais, essa reorganização do capital não poderia suportar os países aos quais não faziam parte da economia capitalista, como os países de industrialização intermediária, e os do Terceiro Mundo. Deste modo, tal reorganização até incorporava os países aos quais eram denominados -novos países industrializados, mas em condição de subordinação e dependência, como era o caso dos países asiáticos.

Foi por meio de uma condição totalmente subalterna, que a reestruturação produtiva teve seu marco no interior desses países, em que a crise afetou todo o sistema global de produção do capital, depois de desestruturar a maior parte dos países do Terceiro Mundo e eliminar os países pós-capitalistas do Leste Europeu. No entanto, as crises expressam contradições ao modo de produção capitalista, em que elas mesmas são contraditórias, visto que -[...] de uma parte, trazem à luz as contradições do MPC; de outro, criam as condições



*para uma reanimação e um novo auge, isto é, para um novo ciclo [...] (NETTO; BRAZ, 2012, p.175).*

As crises revelam as contradições do modo de produção capitalista e são funcionais a ele, elas constroem mecanismos que o próprio modo de produção é capaz de restaurar para manter a sua continuidade. Portanto, as crises capitalistas resultam do próprio modo de produção, uma vez que, mesmo diante de seus efeitos e suas formas mais ferozes não levam o modo de produção ao colapso, pelo contrário, leva-o a construir as estratégias necessárias para a recomposição das condições de acumulação de capital.

É justamente, ao final dos anos de 1960 e no início dos anos de 1970, que o padrão taylorista/fordista passa a experimentar um profundo processo de crise, em que tal modelo de produção tornou-se incapaz de atender aos interesses de acumulação do capital, como visto nos chamados anos gloriosos. Esta modalidade de acumulação perde a sua rigidez e, desta maneira, requer ao capital implementar um imenso processo de transformação em sua estrutura de acumulação, afirmando a presença da acumulação flexível, ou a chamada reestruturação produtiva. Desta forma, Antunes (2018), afirma que:

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, com a constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, da gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, dos quais se destacasobretudo o toyotismo ou o modelo japonês (ANTUNES, 2018, p.154).

Com base nas transformações ocorridas no interior do processo produtivo do capital, no qual este buscava retomar o seu projeto de dominação, o Toyotismo<sup>6</sup> se expandiu de forma globalizada a partir de 1980, e trouxe junto com ele consequências para a classe trabalhadora, sobretudo para o mundo do trabalho, por meio da liofilização organizativa da empresa enxuta.

Nesse sentido, surgem novos processos de trabalho em que a produção tanto da esfera produtiva, quanto em massa são substituídas pela especialização flexível, ou seja, buscam-se novos padrões de produtividade, e ao mesmo tempo, novas formas para que a produção se adeque à lógica do mercado. No entanto, de acordo com os elementos acima mencionados, ANTUNES (2018) mais uma vez é certo em sua colocação, ao pontuar que

---

<sup>6</sup> É um sistema de organização do trabalho no qual tem como característica, a exigência por trabalhadores/as polivalentes e multifuncionais que exerçam uma maior quantidade de atividades em um tempo reduzido, em que desta forma, consegue-se extrair do/a trabalhador/a uma maior produtividade. Aqui, se consagram também como estratégias do sistema, os métodos *Kanban* (troca de informações entre as empresas para realizar o processo da produção para evitar o grande estoque de mercadorias nas fábricas), e o *just-in-time* (produzir o necessário para o mercado) de forma a evitar desperdícios e prejuízo para os detentores dos meios de produção (PINTO, 2007).

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumento necessário para adequar-se a sua nova fase (ANTUNES,2015, p.34).

Vivencia-se, portanto, uma fase de grandiosas modificações tecnológicas, com o desenvolvimento de formas de gestão organizacional, como a automação e a robótica, por intermédio dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, no qual se destaca principalmente, o chamado Toyotismo ou modelo japonês, nos quais penetraram o universo fabril, remodelando tanto as relações de trabalho, quanto o ritmo da produção. É neste cenário de acumulação flexível e da -empresa enxuta em que as empresas se destacam, pois, apesar de manterem um menor conjunto de trabalhadores/as, estas empresas ganham força e cresce no campo da produtividade.

Porém esse crescimento demasiado resulta em consequências para o mundo do trabalho, uma vez que há a -[...] desregulamentação dos direitos do trabalho em escala global; terceirização da força de trabalho nos mais diversos setores e ramos produtivos e de serviços; derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria, mais negocial e menos conflitivo [...] (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.22).

Desta feita, queremos destacar que é a partir da empresa enxuta que o capital passa a investir no padrão de produção, e em suas formas de organização, inspirado na experiência japonesa, junto ao avanço tecnológico, no qual novas técnicas de gestão da força de trabalho impulsionam a classe trabalhadora ao campo da informalidade.

Sendo assim, a introdução das maquinarias no processo produtivo e de serviços, aumentam a produtividade e reduz, ao mesmo tempo, a demanda pelo trabalho vivo, resultando nas mais variadas formas de precarização do trabalho, decorrentes da terceirização, em que esta

[...] demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro de carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo nas empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado [...] (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.24).

Esse processo de precarização do trabalho resulta nas formas de exploração que antes já existiam, e que agora reatualizam-se como algo novo e preconizam neste cenário, a -nova forma de exploração da classe trabalhadora como, por exemplo, a intensificação das jornadas de trabalho, os contratos de trabalho temporários, a informalidade e o desemprego.

Logo, tais formas de trabalho se apresentam aos trabalhadores/as como um tipo de trabalho independente e autônomo, mas que ao mesmo tempo, os conduz a explorar a sua própria força de trabalho para o capital, levando assim, os seus direitos fundamentais ao campo do esquecimento, em que a flexibilização se torna uma política na qual contribui para a desigualdade na esfera do trabalho. Sendo assim, TAVARES (2004) afirma que

A flexibilidade invade a organização da produção, fragmentando e desqualificando o trabalho, promovendo o desemprego e a reemergência de velhas formas de trabalho precarizado, que se expressam sobretudo pelo deslocamento de muitos postos de trabalho do núcleo formal para a informalidade, em que o trabalho cumpre a mesma função para o capital sem custos sociais correspondentes (TAVARES, 2004, p.18).

Ainda de acordo com a autora, essa -invasão|| da flexibilidade na organização da produção, enfraquece a luta dos/as trabalhadores/as, uma vez que, há uma redução no que se refere aos associados dos sindicatos, no qual os/as trabalhadores/as tem o seu poder de reivindicar fragmentado, em que ao invés de se contraporem aos retrocessos existentes nas relações de trabalho, acabam, na maioria das vezes, tornando-se aliados ao capital, acreditando estarem defendendo pela sua própria sobrevivência.

Portanto, a organização flexível da produção na qual os/as trabalhadores/as são em sua maioria terceirizados/as, por meio de subcontratação de trabalho, seja ela de maneira domiciliar, ou por intermédio de cooperativas ou outras formas. Tais fatores tendem a ofuscar a exploração da força de trabalho, bem como dificultar a dimensão do emprego e sobretudo do desemprego, impedindo assim, que se tenha uma análise adequada sobre as novas tendências do trabalho.

A flexibilização torna-se um fator determinante neste aspecto, em que os/as trabalhadores/as tornam-se sujeitos ultrapassados, e a precarização do trabalho passa a ser vista como norma, em que os direitos conquistados por meio de lutas históricas pelos/as trabalhadores/as, tem sido abolido em favor da restauração da economia do capital.

Coloca-se a frente dessa nova roupagem no mundo do trabalho, o desemprego estrutural, em que trabalhadores/as ocupam espaços de empregabilidade à curto prazo, ou por meio de precárias condições de contratação, se sujeitando à expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e informalizado, havendo assim, a exploração e superexploração da força de trabalho, temática na qual abordaremos adiante.

### **1.3 Exploração e superexploração da força de trabalho**

Conforme destacamos inicialmente, o trabalho se apresenta como uma categoria ontologicamente fundante do ser social, e no que lhe concerne, atende às necessidades da vida na sociabilidade, seja em sua forma de reprodução, ou como meio para a subsistência humana. No entanto, o objetivo do presente tópico é analisar as formas de exploração e superexploração da força de trabalho, tendo em vista os elementos aos quais são responsáveis por estes fenômenos.

Ao falarmos sobre as categorias exploração e superexploração<sup>7</sup> da força de trabalho, faz-se necessário, a princípio, analisarmos qual o modo em que se constitui a classe trabalhadora na contemporaneidade, tendo em vista as diversas transformações ocorridas na divisão sociotécnica do trabalho, no contexto de mundialização do capital.

Desta forma, tomamos como referência as palavras de ANTUNES (2005) ao afirmar que “[...] a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção [...]” (ANTUNES, 2005, p.76).

Desse modo, a classe trabalhadora incorpora a totalidade dos/as trabalhadores/as assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho em troca de salário. Porém, esta classe tem vivenciado um processo de mutações a partir do estreitamento do taylorismo/fordismo, no qual passa a ocorrer uma redução do proletariado em diversos setores, como no industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, advindos da indústria verticalizada da era taylorista e fordista.

Segundo (Antunes, 2005), esse conjunto de trabalhadores/as tem sido limitado por intermédio do processo de reestruturação produtiva, pelas formas de horizontalização do capital produtivo, da flexibilização, da desconcentração do espaço produtivo, e da introdução da maquinaria informatizada, como a exemplo da telemática, resultando em trabalhos de forma desregulamentada, e reduzindo o número de trabalhadores/as estruturados pelo emprego formal.

Ainda de acordo com o autor, ao contrário dos elementos supracitados, existe outro fator significativo para tais acontecimentos, que é o aumento em escala mundial do proletariado fabril e de serviços, os quais se encontram nas variadas formas de trabalho precarizado, sendo os trabalhadores/as terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre outras

---

<sup>7</sup> Em relação à exploração da força de trabalho, MARINI (2005) afirma que esta resulta pelo aumento da produtividade do/a trabalhador/a, enquanto que, a superexploração se defini por meio da maior exploração da força física do/a trabalhador/a, e que o salário que lhe é pago não corresponde ao valor real da sua força de trabalho (MARINI, 2005, p.33).

formas que se expandem em escala global. Desta forma, o autor destaca outras tendências presentes no mundo do trabalho, como a exclusão dos jovens e idosos, na qual

Paralelamente à exclusão dos jovens, vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados -idososll pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reintegrar-se no mercado (ANTUNES, 2005, p.78).

Nesse sentido, observa-se, no atual mundo do trabalho, uma forte recusa pelos/as trabalhadores/as especializados/as descendentes da era fordista, pois estes são substituídos/as pelo/a trabalhador/a polivalente e multifuncional do modelo japonês. Assim, há uma exclusão dos jovens e dos idosos, que são direcionados ao chamado terceiro setor. Este último incorpora os/as trabalhadores/as expulsos/as de seu trabalho formal e os impulsionam a desenvolverem atividades em condições precárias, não lucrativas, não mercantis, fazendo com o que este segmento acredite não viver em condição de desempregados/as, mas como pessoas que realizam atividades de forma efetiva, e de cunho social e útil, resultando na exploração da força de trabalho.

O que se pode dizer sobre a situação da classe trabalhadora na contemporaneidade, como destaca Antunes (2018) é que em pleno século XXI vivencia-se um processo de expansão dos/as trabalhadores/as no setor de serviços, no qual o capital em todos os espaços converte o trabalho como responsável por gerar mais-valor, uma vez que

Como o capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ele procura aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho, com a expansão do trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional (ANTUNES, 2018, p.33).

O capital necessita da força de trabalho humana para dar continuidade a sua manutenção e, assim, ele investe no padrão de produção organizacional, inspirado na experiência do modelo japonês junto ao avanço tecnológico a partir da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho a qual pertence à fase informacional e, ao mesmo tempo, na inclusão de computadores no processo produtivo e de serviços com objetivo de aumento da produtividade e redução do trabalho vivo.

Deste modo, pode-se afirmar que a classe trabalhadora se caracteriza pela intensidade da exploração do trabalho, comparada aos outros países, principalmente, os países centrais, nos quais suas características se davam pelo aumento da mais-valia absoluta, ou seja, o prolongamento da jornada de trabalho, bem como o aumento da mais-

valia relativa, o que configura um quadro de superexploração, e que converte esta classe em uma classe superexplorada, ou nas palavras de ANTUNES (2018), em um novo proletariado que gera lucro e mais-valia.

Entretanto, para se chegar a um entendimento de maneira mais ampla acerca da superexploração, tomamos como fio condutor o conceito desta categoria desenvolvido por Ruy Mauro Marini, partindo de uma crítica marxista, na qual pontua os elementos essenciais na construção deste debate.

Neste sentido, Marini (2005) enfatiza que a superexploração do trabalho é uma prática que atua nos setores produtivos dos países dependentes, em que os capitalistas se utilizam desta prática para reparar as perdas ocasionadas pela transferência de valor e de mais-valia para os países centrais, na qual é motivada por meio de três mecanismos, sendo eles: o aumento da intensidade do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho, e a redução do consumo do operariado, no qual este último, se converte em uma redução do próprio padrão de vida dos/as trabalhadores/as para atender aos interesses da burguesia nacional e internacional, ou seja, mais além do seu limite normal, em que segundo o autor

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual -o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2005, p.11).

No entanto, esses três fatores configuram um modo de produção fundado de forma exclusiva no maior grau de exploração do/a trabalhador/a, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva, uma vez que, a atividade produtiva baseada sobretudo no uso da força de trabalho de maneira extensiva e intensiva, permite baixar a composição-valor do capital, em que, junto a intensificação do grau de exploração do trabalho acarreta na elevação das taxas de mais-valia e de lucro.

Desta forma, Marini (2005) afirma que

Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam

que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2005, p.13).

Sendo assim, com a dificuldade de retardar as transferências de valor e de mais-valia para as economias centrais por meio do aumento de sua produtividade, os capitalistas procederam em recompor sua taxa de lucro em que [...] só é possível – estando descartada a elevação significativa da produtividade do trabalho – por procedimentos tais como o prolongamento da jornada, a elevação da intensidade do trabalho, e/ou o rebaixamento forçoso do salário dos assalariados sem que esta redução esteja correspondendo de fato a um barateamento real da força de trabalho [...] (GUANAIS, 2016, p.232).

Diante disso, torna-se evidente o porquê de a superexploração do trabalho tanto interessar aos detentores dos meios de produção, uma vez que, esta permite não somente o aumento da taxa de mais-valia, mas que, também possibilita, ao mesmo tempo, elevar a massa de valor produzida e/ou apropriada pelos próprios capitalistas. No entanto, MARINI (2005), ao se referir aos três mecanismos apontados anteriormente como pontos principais da superexploração do trabalho, na qual é possibilitada na prática, o autor enfatiza que tais mecanismos correspondem a uma situação na qual o trabalho é remunerado abaixo de seu valor.

Porém, de acordo com GUANAIS (2016)

Ao afirmar que a superexploração do trabalho corresponde a uma situação em que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, Marini (1973) quis dizer que nesta situação específica o salário recebido pelo assalariado não condiz com o valor de sua força de trabalho, isto é, que sua remuneração é inferior ao valor de sua força de trabalho (GUANAIS, 2016, p. 232-233).

Neste aspecto, é dado o fato de que a superexploração não se assemelha ao da mais-valia absoluta, uma vez que, esta também envolve uma forma de mais-valia relativa, na qual condiz ao aumento da intensidade do trabalho mantendo-se o mesmo salário. De outro modo, da maneira em que o salário se converte em acumulação de capital, não significa que seja uma forma de mais-valia absoluta, visto que afeta, ao mesmo tempo, os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não apenas o tempo de trabalho excedente, como acontece com a mais-valia absoluta.

Por essa razão, a superexploração é determinada pela maior forma de exploração da força física do/a trabalhador/a, em oposição à exploração pela qual resulta do aumento da sua produtividade, na qual se expressa devido à remuneração da força de trabalho ser abaixo do seu valor real (MARINI, 2005, p.33).

Neste caso, a superexploração e a exploração diferem-se uma da outra, em que a primeira é determinada pela maior forma de extração das capacidades físicas do/a trabalhador/a, na qual resulta do aumento da sua produtividade, enquanto que a segunda se expressa na remuneração da força de trabalho, isto é, o valor pago pela força de trabalho não equivale ao seu real valor.

Entretanto, tendo em vista que o modo de produção capitalista se apresenta como um apanhado conjunto de mercadorias, o trabalho objetivado e materializado, como já analisamos em primeiro instante, cria um determinado tipo de valor, o valor de uso. Nesse sentido, para que haja uma conversão do trabalho enquanto uma mercadoria na qual apresenta um valor voltado ao consumo, MARX (2017) já aludira que

Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera de circulação, uma mercadoria cujo o próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor (MARX, 2017, p.242).

Para tanto, tais características são necessárias ao possuidor de dinheiro para que o mesmo possa extrair um determinado valor por meio do consumo da mercadoria e, ao encontrar estas características no mercado por intermédio da circulação, ele encontra uma mercadoria específica que é a capacidade de trabalho, ou a força de trabalho.

Diante disso, compreendemos como capacidade de trabalho ou força de trabalho, o conjunto das capacidades físicas e mentais existentes na corporeidade do homem, na qual ele põe em movimento ao produzir valores de uso de qualquer tipo.

A respeito disso, MARX (2017), aponta que [...] para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria no mercado, é preciso que diversas condições estejam dadas. A troca de mercadorias por si só não implica quaisquer outras relações de dependência além daquelas que resultam de sua própria natureza [...] (MARX, 2017, p.242).

Portanto, segundo o pensador alemão, a força de trabalho só pode se apresentar como mercadoria no mercado, ao passo em que ela seja colocada à venda ou vendida pelo seu próprio dono, ou seja, pela pessoa na qual a mercadoria é a própria força de trabalho. Porém, para que a força de trabalho possa ser vendida como mercadoria, é necessário que o possuidor disponha dela, isto é, ser o dono -livre- de sua capacidade de trabalho.

MARINI (2005), ao destacar sobre as distinções das categorias exploração e superexploração da força de trabalho, partindo do pressuposto da extração em um maior



grau das capacidades físicas do/a trabalhador/a, o autor quis se referir , em primeiro lugar, que ao desenvolver as forças produtivas do trabalho, a produção capitalista não anula, mas sim sublinha a maior exploração do/a trabalhador/a. E em segundo lugar

[...] que as combinações das formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada [...] (MARINI, 2005, p.33).

Deste modo, dada a relação entre a força produtiva do trabalho e a maior exploração do/a trabalhador/a na qual segundo o autor adquire um caráter profundo na economia dependente, tal relação não é exclusiva dela, é intrínseca do próprio modo de produção capitalista e ocorre devido ao modo contraditório em que essas formas de exploração refletem no valor da produção e, conseqüentemente, na mais-valia que esta gera.

Para desemaranhar essa questão e termos uma compreensão adequada, é necessário voltarmos à explicação sobre o valor da força de trabalho, na qual já apontada por MARX (2017), ressalta que:

O valor da força de trabalho, isto é, o tempo de trabalho requerido para a sua produção, determina o tempo de trabalho necessário para a reprodução de seu valor. Se 1 hora de trabalho se representa numa quantidade de ouro de  $\frac{1}{2}$  xelim ou 6 *pence*, e se o valor diário da força de trabalho é de 5 xelins, o trabalhador tem de trabalhar 10 horas diárias para repor o valor diário que o capital lhe pagou por sua força de trabalho ou para produzir um equivalente do valor dos meios de subsistência que lhe são diariamente necessários (MARX, 2017, p.388).

Assim, com o valor dos meios de subsistência está disposto o valor da sua força de trabalho e com ela está facultada a grandeza do tempo de trabalho necessário. Desta forma, o valor da força de trabalho como já explicado por MARX (2017), também é definido pelo tempo de trabalho requerido para a produção e reprodução do/a trabalhador/a, ou em outros termos, o valor da força de trabalho equivale ao valor dos meios de subsistência aos quais são indispensáveis para a manutenção do seu possuidor.

E continua o pensador alemão

[...] A duração do mais-trabalho, no entanto, é obtida subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário. 10 horas subtraídas de 12 resultam em 2 horas, e não se vê como, nas condições dadas, pode-se prolongar o mais-trabalho mais do que 2 horas. Certamente o capitalista pode pagar ao trabalhador, em vez de 5 xelins, apenas 4 xelins e 6 *pence*, ou menos ainda. Para a reprodução desse valor de 4 xelins e 6 *pence* bastariam 9 horas de trabalho, obtendo-se assim 3 horas de mais-trabalho em vez de 2 e aumentando-se o próprio mais-valor de 1 xelim para 1 xelim e 6 *pence*. Mas só se chegaria a tal resultado por meio da

compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. Com os 4 xelins e 6 pence que produz em 9 horas, o trabalhador dispõe de 1/10 menos meios de subsistência do que antes, o que resulta na reprodução atrofiada de sua força de trabalho. Nesse caso, o mais-trabalho só seria prolongado se ultrapassasse seus limites normais, seus domínios só seriam expandidos mediante a invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário [...] (idem).

Para MARX (2017), a força de trabalho deve ser vendida e comprada da mesma forma das demais mercadorias, ou seja, pelo seu valor integral, isto implica dizer que o salário ao qual os/as trabalhadores/as recebem deve ser proporcional ao valor da sua força de trabalho, isto é, não deve estar abaixo desse valor.

Destarte, o pensador alemão também reconhece que o capitalista pode pagar ao/a trabalhador/a um salário que não seja compatível, que esteja abaixo do valor de sua força de trabalho. Porém, isto só poderia tornar-se possível por meio da compressão do salário do/a trabalhador/a abaixo do valor de sua força de trabalho e, ainda, destaca o importante papel que desempenha no movimento real do salário, em que

[...] esse método é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral. Partindo-se desse pressuposto, o tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho ou para a reprodução de seu valor pode ser reduzido, não porque o salário do trabalhador cai abaixo do valor de sua força de trabalho, mas apenas na medida em que haja uma queda desse valor [...] (MARX, 2017, p.389).

Portanto, segundo o autor, pode ser reduzido o tempo de trabalho necessário para a produção e reprodução da força de trabalho, uma vez que, isso pode ocorrer não porque haja uma queda no salário do/a trabalhador/a abaixo do valor da sua força de trabalho, mas porque houve uma redução no próprio valor da força de trabalho.

MARX (2017) também nos mostrou que o valor da força de trabalho corresponde ao valor dos meios de subsistência, sendo que estes são essenciais para que o/a trabalhador/a se mantenha. Observamos também que para expressar-se por meio do trabalho a força de trabalho esgota as energias indispensáveis ao/a trabalhador/a. Isso faz com que neste processo, os sujeitos trabalhadores/as, homens e mulheres, gastem suas capacidades físicas e mentais existentes na sua corporeidade, isto é, seus músculos, seus membros, inclusive o seu cérebro, os quais precisam serem restituídos para que possam repetir diariamente o mesmo processo de trabalho.

Assim, GUANAIS (2016) afirma que para que seja possível repôr o que foi gasto durante a jornada de trabalho e continuarem a existir, os/as trabalhadores/as necessitam diariamente de meios de subsistência suficientes, uma vez que, da maneira em que o gasto

de energias vitais for maior, os meios de subsistência também têm que ter a mesma quantidade, ou como nos termos do nosso pensador alemão, quanto maior for o dispêndio de força de trabalho, o salário recebido pelos/as trabalhadores/as também tem que ser maior (GUANAIS, 2016, p.234).

Portanto, após essa sucinta repescagem ao raciocínio de MARX (2017), é possível assinalar o que de início MARINI (2005) quis deixar claro em sua concepção, ao afirmar que é na condição de superexploração que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, e que a classe trabalhadora é submetida diariamente a processos de prolongamento da jornada de trabalho, além do aumento da intensidade de trabalho.

Como já nos deixou evidente MARX (2017), esses fatores implicam uma elevação do valor da força de trabalho, ao passo em que aceleram o desgaste dos/as trabalhadores/as. Pode-se afirmar que na maior parte dos casos, os/as trabalhadores/as não recebem reajuste em seu salário no qual compense esse desgaste e que corresponda com a elevação do valor de sua força de trabalho.

Ademais, na medida que há uma elevação no valor de sua força de trabalho em decorrência dos elementos citados acima, por vezes, a maioria dos/as trabalhadores/as das economias dependentes acabam recebendo um salário que não seja equivalente, isto é, que esteja abaixo do valor de sua força de trabalho, configurando-se, então, em uma superexploração do trabalho.

## **2. O TRABALHO DO/A GARI: CAMINHOS PARA A PROFISSÃO**

Neste capítulo, analisamos o processo de trabalho do/a gari, bem como os caminhos percorridos para se chegar a esta profissão. Além disso, tentamos compreender a maneira pela qual ocorrem as relações sociais entre esses/as sujeitos/as perante a sua atividade laboral, frente à sociabilidade marcada pelo modo de produção capitalista. Procuramos trazer para essa discussão elementos importantes acerca do trabalho do/a gari como uma particularidade na divisão social e técnica do trabalho, tal qual o seu sentido e significado. E, por fim, apresentamos os dados da pesquisa realizada com os/as trabalhadores/as da limpeza urbana do município de Sousa-PB.<sup>8</sup>

Embora a questão do lixo tenha se tornado um fator preocupante desde a formação das primeiras comunidades e com o surgimento dos grandes centros urbanos, a discussão acerca dessa temática não tem sido debatida com uma merecida atenção por parte das

---

<sup>8</sup> Foram convidados/as a participar da pesquisa cinco trabalhadoras/es da limpeza urbana do município de Sousa-PB. Todos/as se disponibilizaram a participar da pesquisa e responder ao roteiro de entrevistas.

autoridades públicas e da sociedade. Isso se dá devido ao elevado crescimento das cidades no qual possibilita o acúmulo de grandes coletivos e, ao mesmo tempo, gera o aumento do consumo e da produção de restos que tornam o lixo inapropriado, elemento no qual afeta o cotidiano, a saúde e até mesmo a aparência urbana.

Apesar disso, a problemática do lixo urbano passou a ser tratada pelas autoridades públicas há pouco mais de cem anos. De acordo com Campos, Rubinho e Pereira (2015), no ano de 1884, o prefeito da cidade de Paris, Eugène Poubelle, estabeleceu um decreto no qual obrigava os donos de prédios a disponibilizarem latas de lixo aos locatários dos apartamentos e salas, e que foi por meio dessa novidade imposta pelo prefeito, que os parisienses passaram a chamar suas primeiras latas de lixo de -boîtes Poubellell, o que em português significaria -latas de Poubellell (CAMPOS; RUBINHO; PEREIRA, 2015, p.02).

Conforme aponta as autoras, essa ação seguiu rumo ao início de outros projetos de limpeza urbana nos quais passaram a oferecer melhorias nas condições higiênicas das cidades. A exemplo do Brasil, as ações de limpeza das vias públicas tiveram início ainda na época do governo imperial de D. Pedro I, no qual foi responsável pela contratação do francês Aleixo Gary para transportar o lixo produzido no Rio de Janeiro para a ilha de Sapucaia. Deste modo, foi devido ao sobrenome do contratado que se designou a todos/as trabalhadores/as que realizam a coleta de lixo em várias cidades do país, conhecidos/as popularmente como garis.

Porém, foi somente na década de 1970 que no Brasil começaram a surgir os primeiros estudos sobre os/as trabalhadores/as da coleta de lixo. Os/as coletores/as de resíduos, ou como mais conhecidos garis. Estes/as profissionais realizam seu trabalho de uma forma árdua, e estão sujeitos/as a todos os tipos de exposições, como por exemplo, as condições climáticas e a exposição contínua a todo tipo de dejetos (MATO, *et all*, 2018).

Com o passar dos anos, as questões sociais começaram de fato a aflorar no ano de 1930, no governo de Getúlio Vargas que foi responsável pela criação do Ministério do Trabalho. Sob o mesmo governo, em 16 de julho de 1934, foi promulgada a terceira Constituição do Brasil, na qual teve uma grande relevância na conscientização pelos direitos sociais. Contudo, foi somente a partir da constituição de 1988 que os direitos fundamentais foram instituídos. A partir disso, essa profissão passa a se estruturar na esfera dos direitos fundamentais, sobretudo no que se refere ao campo dos direitos sociais.

Nesse contexto, é importante destacar a importância desta profissão para a sociedade, tendo em vista que o/a gari exerce um papel imprescindível na manutenção tanto da limpeza

urbana, quanto da limpeza rural em nossas cidades. Esses/as trabalhadores/as assumem um papel relevante pelo qual poucas pessoas se dispõem a realizar, uma vez que:

Eles são aqueles que fazem o que ninguém quer fazer: coletar lixo. Exercem uma profissão de altíssima relevância para toda a comunidade, mas são os que mais sofrem preconceitos, porque todo dia passamos por essas pessoas e tratamos como se nada estivéssemos vendo, ou seja, a invisibilidade social é a pior forma de tratamento que as pessoas dão a esses trabalhadores (CAMPOS; RUBINHO; PEREIRA, 2015, p.03).

Além dos preconceitos existentes para com esta profissão, esses/as trabalhadores/as lidam cotidianamente com a pior forma de tratamento que é a invisibilidade social. Somado a isso, boa parte das pessoas não se preocupam pela maneira como acondicionam o seu lixo, tão pouco se irão causar algum tipo de dano ao gari. Este dano pode se dar pela quantidade do lixo, ou caso este/a trabalhador/a sofra algum tipo de acidente de trabalho com algum material cortante, que tenha sido descartado na sacola sem nenhuma preocupação, ou até mesmo na forma como falam com essas pessoas, a preocupação é apenas de se livrar do lixo que produzem.

Ainda que muitas pessoas acreditem que a função do/a gari se resume apenas a coleta do lixo na porta das residências, ou depositá-lo no carro de coleta de lixo e levá-lo ao seu destino final, essa profissão vai além de nosso mero conhecimento, haja vista que “[...] o coletor de lixo porta a porta é o que mais pratica serviços que são inerentes a sua função. Ao coletar os sacos cheios de resíduos ou recipientes, este já se depara com o levantamento de peso, pois não se tem limites para a carga que está acondicionada [...]” (CAMPOS; RUBINHO; PEREIRA, 2015, p.06). .

Diante disso, esses/as profissionais realizam uma intensa jornada de trabalho de até oito horas diárias, em que, na maioria das vezes, percorrem quilômetros totalizando grandes toneladas de lixo erguidas diariamente por coletor dependendo do município. Além de todo esse processo de trabalho desgastante, os/as garis estão expostos a vários acidentes de trabalho como: acidentes de trânsito, devido aos carros que passam nas ruas, calçadas desniveladas, buracos, contato com agentes químicos ou biológicos, dentre outros. Além disso, existe ainda nesse cenário outro fator agravante que são os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em que, na maioria das vezes, não são adequados para o uso e não proporcionam segurança aos trabalhadores/as.

Ainda em relação às precárias condições que sofrem os/as garis, Campos, Rubinho e Pereira (2015) ressaltam que esta é uma das profissões que possuem diversos tipos de

riscos, como os riscos ergonômicos, físicos, riscos de acidentes, biológicos, químicos e também riscos psicossociais.

Os riscos ergonômicos se referem aos problemas por meio dos esforços físicos durante a rotina de trabalho. Os riscos físicos, por sua vez, estão relacionados ao trabalho desenvolvido ao ar livre, uma vez que, os/as trabalhadores/as são expostos à chuva, ao frio e ao calor. Já os riscos de acidentes referem-se às causas de atropelamento devido ao trânsito, bem como aos incidentes causados por materiais cortantes encontrados no lixo. O risco biológico se dá por meio da inalação ou contato da pele com bactérias e fungos encontrados no lixo. Existem ainda, os riscos químicos, que ocorrem quando encontram substâncias em produtos descartados, como baterias, solventes, ou em produtos químicos de limpeza. E por último, os riscos psicossociais, esses são os que mais afetam os coletores de lixo, pois apresentam vários problemas como a depressão, a baixa autoestima, o alcoolismo e as drogas.

Segundo as autoras, esses tipos de problemas ocorrem [...] devido à imagem negativa que a sociedade vislumbra desses profissionais denominada de invisibilidade social, uma das mais degradantes, pois os garis são discriminados, vistos como um nada perante a maioria da sociedade [...] (CAMPOS; RUBINHO; PEREIRA, 2015, p.08).

Em relação à invisibilidade com que tais profissionais são tratados cotidianamente, torna-se necessária a reflexão sobre essa questão, tendo em vista que esse fenômeno é um processo histórico e cultural em que durante anos, essa problemática tem sido naturalizada. Assim, de acordo com (SILVA PONTES, 2019, p. 26):

O gari desempenha uma profissão pesada e árdua, tida por alguns como um serviço simples, o qual qualquer pessoa, mesmo sem nenhum preparo, teria condições de executar. Mas esse ser, no momento em que executa esta tarefa se transforma, se transfigura, ou melhor, some diante dos olhos de quem passa, se tornando um mero ponto de referência ou um obstáculo na rua.

O trabalho do/a gari é fátigante ao contrário do que se pensa, porém, o que mais pesa nessa questão, é o não reconhecimento do sujeito, ao verem as pessoas virarem o rosto, ou se desviarem ao passar por perto, modificarem os passos, esses/as trabalhadores/asse veem como pessoas estranhas em meio à multidão. Esses/as profissionais ao realizarem o seu trabalho, não são reconhecidos/as como pessoas que fazem parte do meio social, os olhares de desprezo, de pena ou até mesmo de nojo, convertem tais sujeitos/as a um simples objeto, ou a um ponto de referência, os tornam pessoas invisíveis. Tais elementos interferem de forma negativa na vida dessas pessoas, os reduzem diante de sua atividade

laboral, provoca uma baixa autoestima e faz com o que eles/as tenham pouca vontade de realizar o seu trabalho diariamente.

Desta forma, é importante trazer este debate tanto para a sociedade, quanto para dentro da academia, tendo em vista que esta é uma temática pouco abordada. A análise sobre a profissão do/a gari torna-se necessária para apreensão das diversas formas de relações sociais na sociedade capitalista, bem como da realidade em sua totalidade, uma vez que, é preciso compreender a inserção desses/as profissionais no âmbito social, além de seu trabalho como uma particularidade na divisão sociotécnica do trabalho, temática na qual abordaremos no seguinte tópico.

### **2.1 O trabalho do/a gari como uma especialização do trabalho coletivo da divisão sociotécnica do trabalho**

Enquanto uma atividade universal, de caráter genérico, é imprescindível situar a categoria trabalho a partir do alargamento da divisão social do trabalho como mecanismo que vai distinguir e classificar tipos muito particulares de uma mesma universalidade apresentando uma cisão entre uma concepção unitária do trabalho e, deste modo, como qualquer atividade de transformação, o trabalho do coletor de resíduo urbano, ou gari, segue clivado pelas mesmas determinações.

Para fazer um recorte sobre a categoria trabalho, buscamos apresentar sobre a profissão dos trabalhadores da limpeza urbana<sup>9</sup>, ou como mais conhecidos, os/as garis<sup>10</sup>. De acordo com SILVA PONTES (2019), o surgimento da profissão de gari se deu devido ao rápido crescimento dos centros urbanos, que passaram a produzir grandes quantidades de resíduos domésticos e principalmente industriais, o que gerou e gera insalubridade e, mediando um conceito de limpeza urbana, desenvolvimento e a institucionalização das primeiras políticas públicas de saúde, o Estado cria mecanismos para solucionar o problema. Tal intervenção se dá, ainda nos anos 1940, através de contratação de mão de obra barata para a limpeza das cidades, e isso fez com o que a profissão se institucionalizasse no âmbito da organização estatal.

---

<sup>9</sup> Importante destacar que os/as trabalhadores/as da limpeza urbana contemplam outros segmentos além dos/as garis, sendo este o segmento ao qual nos detemos em específico na construção deste trabalho.

<sup>10</sup> A primeira empresa de coleta de lixo urbano no Brasil surgiu nos anos 1940, sendo a -Irmãos Garyll. A partir da razão social da empresa, o termo gari tornou-se referência para a profissão (MATO, et all, 2018).

Ainda de acordo com o autor, o trabalho desses/as profissionais é visto como uma simples tarefa, fácil de realizar, uma vez que, não é exigido uma determinada qualificação, e que devido a isso, muitos/as trabalhadores/as por não terem concluído seus estudos, se vejam obrigados a ingressar em trabalhos de menor prestígio social e esse processo originado da divisão social do trabalho possui repercussões deste trabalho na esfera do trabalho informal, em que a coleta de reciclados tem se figurado como uma falsa -alternativa|| ao desemprego estrutural.

De acordo com dados do Panorama dos Resíduos Sólidos<sup>11</sup>, o Brasil produziu mais de 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos, empregando formalmente mais de trezentos e trinta e dois mil (332 mil) trabalhadores/as. Já os dados da coleta de materiais reciclados apresentados no mesmo relatório, demonstram que os/as trabalhadores/as informais e o/ou cooperativados/as retiram mais de sessenta e cinco mil (65 mil) toneladas de materiais recicláveis, demonstrando que uma informalidade flagrante que reproduz a lógica de segregação social e econômica dos/as trabalhadores/as, sendo retratado pelos dados do Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Reciclados<sup>12</sup> a presença de cerca de oitocentos mil (800 mil) trabalhadores/as informais na coleta de recicláveis.

Dentro desse espaço estão presentes elementos que passam despercebidos como a elevação do desemprego na qual gera o aumento da informalidade e a precarização do trabalho, da miséria, da violência, entre outros. Desta forma, (SILVA PONTES, 2019, p. 23), afirma que:

[...] o termo informalidade, ganha o status de ilegalidade, e por conta disso, o trabalhador vive em extrema vulnerabilidade, pois o governo não reconhece esse tipo de trabalho informal, gerando assim uma falta de perspectiva de futuro [...].

Além da informalidade, outro fator que dificulta a inserção desses/as trabalhadores/as no mercado de trabalho está ligado às desigualdades sociais e um exemplo fático disso é a discriminação dirigida aos trabalhadores/as da coleta de resíduos, sendo formal ou informal. Portanto, para compreender a categoria trabalho e sua dinâmica, é necessário observar as diversas transformações ocorridas nesse processo, bem como as diferentes formas de mutações pelas quais o homem teve de se adequar, com um modelo de trabalho de forma mais restrito, individual, em que o coletivo perde espaço para um modelo que a cada dia torna-se privado e precário.

---

11 Disponível em: <<http://abrelpe.org.br/panorama/>>. Acesso em: jun 2020.

12 Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/>>. Acesso em: jun 2020.



Sustentado pelos fundamentos ontológicos do trabalho, faz-se indispensável tematizar sobre nosso objeto de estudo, fundado nos processos de trabalho do/a trabalhador/a da limpeza urbana e, evidentemente, no sujeito, neste caso, o/a gari. Importante destacar que a atividade profissional dos/as trabalhadores/as da limpeza urbana segue clivada de determinações objetivas, tais como: condições de trabalho, baixa remuneração, riscos de contaminação por agentes biológicos e agravos à saúde física e mental, profundo desgaste físico inerente à atividade. Cabe destacar que além destas determinações, o trabalho do/a garié profundamente marcado pela invisibilidade social, pelo preconceito e pelo evidente nivelamento da individualidade do/a trabalhador/a à sua atividade profissional (MATO, *et all*, 2018).

A divisão social e técnica do trabalho (NETTO; BRAZ, 2007) causou uma cisão entre o trabalho intelectual, aquele tido como leve, e o trabalho pesado, que promove a transformação da natureza, figurando o/a gari coletor/a de resíduos nesta particularidade, ao passo que se trata de uma atividade supostamente isenta de reflexão, o que é uma inverdade, visto que qualquer trabalho precede de posições teleológicas para sua causalidade.

O trabalho do/a gari segue determinado pela lógica de apropriação da força de trabalho do modo de produção, mas segue profundamente invisibilizado pela própria natureza da atividade, em que a divisão social imprimiu -modelos de profissões importantes e não importantes, e tal mecanismo produz uma retórica em que o -[...] preconceito também está relacionado às atividades cotidianas dos garis, face à carga simbólica do lixo, usualmente carregada de sentimentos negativos como a ojeriza e a repugnância, materializadas na figura do -lixeiro (MATO, *et all*, 2018, p. 128).

Claro que na ambiência da representação social encontramos elementos que, além de simbolizar tais elementos, encontram lastro na divisão do trabalho, o que conseqüentemente indica um alargamento das formas precarizadas de trabalho, pois ao relacionar seus conteúdos de representação social, as demarcações de classe, raça/etnia e gênero são essencialmente flagrantes e determinantes no processo de trabalho dos/as garis coletores/as de resíduos urbanos nos marcos da sociabilidade.

## **2.2 O significado e os sentidos do trabalho para as/os trabalhadoras/es da limpeza urbana de Sousa-PB**

Como apontado anteriormente, o trabalho pode ser afetado pela reestruturação produtiva, pelas inovações tecnológicas, como a introdução da maquinaria nos diversos setores de serviços, na qual o trabalho vivo (força de trabalho humana) é substituído pelo

trabalho morto (máquina). Se apresenta também neste espaço as formas de organização do trabalho, além da competitividade entre empresas e países, bem como a flexibilização das relações de trabalho, entre outros.

Sendo assim, -[...] o campo do significado do trabalho corresponde ao grau de importância que a ele atribuímos bem como aos valores sociais que se adquire por meio da socialização. Esses valores podem influenciar na escolha da profissão e da carreira, no comportamento organizacional, no enfrentamento das condições de trabalho e na satisfação com a atividade específica [...]|| (ARTILES, 2007 *apud* MATO *et all*, 2018, p.126).

O trabalho tem seu significado a partir do que lhe é atribuído, isto é, os valores adquiridos por meio da socialização do trabalho seja ele de forma individual ou coletiva, possibilita aos sujeitos fazerem determinadas escolhas. Isto reflete em várias esferas da vida social, como na escolha da carreira profissional, nas formas de comportamentos, na luta por melhores condições de trabalho e na satisfação da realização da atividade laboral.

Desta forma, pesquisas apontam que os estudos sobre os sentidos e significados do trabalho se encontram, de maneira geral, apoiados na perspectiva do indivíduo, partindo das experiências de vida. O sentido que as pessoas encontram no trabalho está relacionado, na maioria das vezes, a vários fatores, como a autonomia, o reconhecimento, o desenvolvimento e o crescimento.

Entretanto, tais significados no trabalho também se constroem coletivamente, de acordo com um determinado contexto histórico, econômico e social. Contudo, ainda assim, pouco se sabe sobre o significado e sentido do trabalho para os/as garis coletores/as, uma vez que a literatura sobre tal assunto torna-se cada vez mais escassa ou quase inexistente. Deste modo, os sentidos do trabalho resultam não somente da apreensão do indivíduo, mas também dos significados coletivos que se transformam no decorrer do tempo, em conformidade com os contextos supramencionados (MATO *et all*, 2018).

ANTUNES (2009) afirma que -[...] uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado* com *tempo (verdadeiramente) livre*. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho [...]|| ( ANTUNES, 2009, p.173).

Assim, para que possa existir uma vida com sentido fora do trabalho, é necessário que a vida seja dotada de sentido dentro do próprio trabalho. Deste modo, é impossível vincular trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com o tempo realmente livre. Portanto, quando um indivíduo não encontra sentido e realização em seu trabalho diário,

raramente o encontrará fora dele, já que esta é uma atividade que ocupa todas as esferas da vida social.

Na sociedade atual a forma de trabalho alienada e sem sentido torna-se cada vez mais corriqueira, em que o trabalho não é tido como fonte de realização, mas sim como fonte de sofrimento e de múltiplos adoecimentos. Entretanto, dos diversos aspectos que estão relacionados ao sentido do trabalho, também -[...] há em comum as crenças de uma pessoa sobre a função que o trabalho exerce na sua vida, que é atingida pelo cenário social no qual vivem os trabalhadores [...] (MATO et.all, 2018, p.130).

É neste contexto de contradições operantes nas relações sociais capitalistas, em que a partir das determinações socioeconômicas, partindo das observações em torno do nosso foco de pesquisa, que centramos nossas reflexões em torno do real reconhecimento das transformações ocorridas no mundo do trabalho, com evidente recorte para a realidade da produção e reprodução da força de trabalho dos/as trabalhadores/as da limpeza urbana no município de Sousa-PB.

O recurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa se deu por meio de entrevista semiestruturada, de caráter informal na qual se deve ao fato de que tal população não se configura como objetivamente localizável no cenário, tendo em vista o processo alargado da invisibilidade de seu processo de trabalho em uma cidade do interior da Paraíba, processo pelo qual a aceitação da participação poderá ser profundamente limitada (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Tal pesquisa possui um caráter explicativo, na qual tem como preocupação identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (GIL, 2002, p.43).

Outro recurso metodológico escolhido para a investigação dar-se-á por meio de pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo (2007), tal método trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, uma vez que a preocupação com base neste tipo de pesquisa nos leva a compreender a realidade concreta, visando entender quais os principais impactos causados pelo modo de produção capitalista que levava a classe trabalhadora a condições precárias e de subordinação a este tipo de trabalho.

A pesquisa foi composta por entrevista à cinco trabalhadores/as da limpeza urbana, funcionários/as da SEINFRA (Secretaria de Infraestrutura), responsável pela coleta de resíduos domiciliar e da limpeza urbana em Sousa-PB. Os/as entrevistados/as foram escolhidos/as de modo aleatório no seu horário e campo de trabalho. Identificamos cada

entrevistado/a por -Trabalhador/a, de acordo pela numeração e a ordem pela qual foram realizadas as entrevistas.

Aprovada pelo CEP (Comitê de Ética e Pesquisa), com o parecer de número 4.487.659 realizamos a pesquisa com produção de dados por meio de entrevistas, sendo utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, acompanhada com a técnica de gravação autorizada pelos/as entrevistados/as mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todas as entrevistas foram realizadas no dia 28/06/2021 pelo turno da manhã, com duração de um minuto e trinta segundos, entre três minutos e cinquenta segundos em média, para cada entrevistado/a.

A primeira parte do roteiro de entrevistas foi constituída pelo perfil socioeconômico dos/as entrevistados/as, e a segunda parte abordou as questões relacionadas ao processo de trabalho, composta por oito perguntas, com o objetivo de obter respostas de forma individual. Após a coleta de dados, todas as entrevistas foram transcritas e organizadas posteriormente, buscando aprofundar conhecimento em relação à profissão, partindo da análise dos dados e da análise de discurso, de acordo com as falas de cada entrevistado/a.

### **3. RESULTADOS DA PESQUISA**

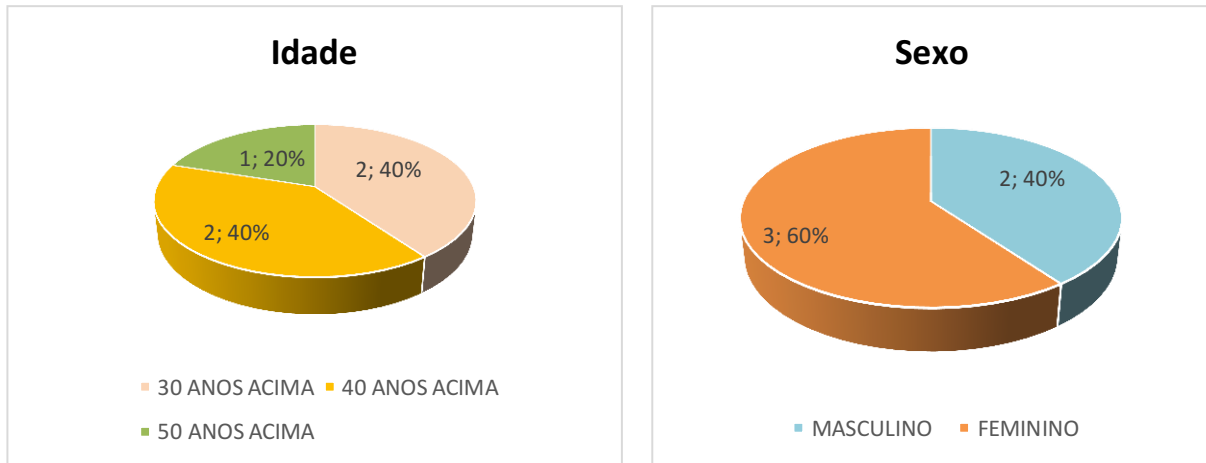
No presente capítulo apresentamos a primeira parte dos resultados da pesquisa realizada com as/os trabalhadoras/es da limpeza urbana do município de Sousa-PB. A amostra ocorreu pela coleta dos dados socioeconômicos dos/as sujeitos/as entrevistados/as. Tal análise é representada por meio da exibição de gráficos, nos quais são apresentados importantes eixos temáticos, determinantes para a compreensão acerca do processo de trabalho, bem como da realidade na qual estão inseridos/as esses/as trabalhadores/as.

Além dos dados socioeconômicos, também apresentamos a segunda parte que compôs a pesquisa, na qual foi utilizada a técnica de gravação previamente autorizada pelos/as trabalhadores/as, seguida de um questionário semiestruturado com o total de oito perguntas relacionadas à concepção que tais trabalhadores/as tem sobre o universo do trabalho e, principalmente, fazendo um recorte para a sua realidade. Desta forma, centramos nossas reflexões sobre os questionamentos realizados a partir das falas dos/as sujeitos/as entrevistados/as, partindo da análise de discurso.

#### **3.1 Dados Socioeconômicos**

##### **Gráfico 1**

##### **Gráfico 2.**



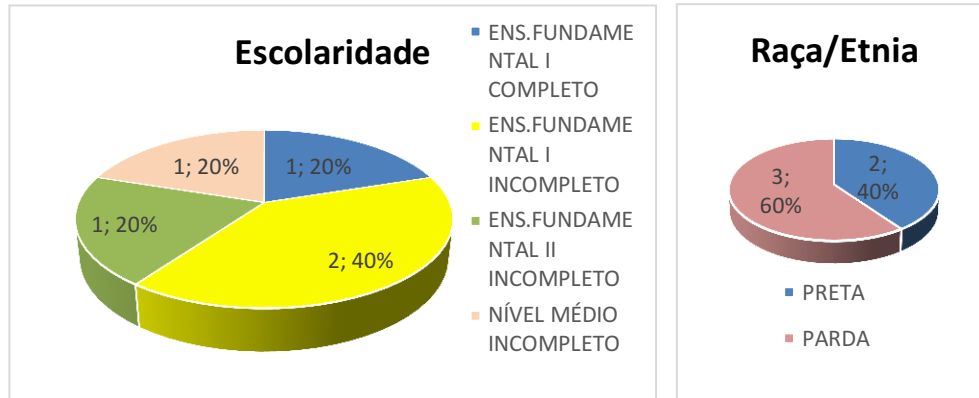
A coleta dos dados por meio da pesquisa mostraram, inicialmente, aspectos relacionados à história de vida dos/as trabalhadores/as mediante os gráficos apresentados, dentre eles, encontram-se representadas a idade média e o sexo de cada trabalhador/a. No gráfico 1, pôde-se destacar que 40% dos/as entrevistados/as apresentam a idade acima dos 40 e 50 anos de idade, e 20% a idade de 30 anos acima, sendo a menor idade de 31 anos e a maior de 54, as demais variam entre os 41 e 46 anos de idade.

Já no gráfico 2, pudemos identificar que a composição no campo de trabalho é em sua maioria, representado por 60% pelo sexo feminino, e 40% pelo sexo masculino. Nota-se, portanto, a existência da divisão sexual do trabalho no âmbito desta profissão, uma vez que, o trabalho feminino em diversos países avançados tem ganhado um aumento significativo e tem sido absorvido pelo capital, na qual 40% da força de trabalho é feminina, principalmente, quando se trata do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado (ANTUNES, 2009, p.105).

Dentre esses aspectos, procuramos destacar que além da questão da idade e do sexo, existem também outros componentes aos quais influenciaram tais sujeitos/as a chegarem a este tipo de profissão, nos quais seguem representados pelos gráficos abaixo.

**Gráfico 3.**

**Gráfico 4.**



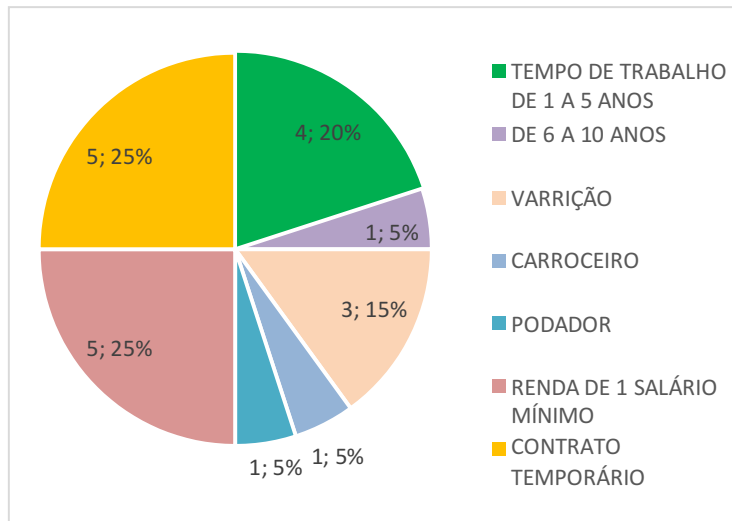
No gráfico 3 identificamos o grau de escolaridade de cada entrevistado/a, sendo dividido em ensino fundamental I completo, no qual corresponde a 20% dos/as trabalhadores/as, e o ensino fundamental I incompleto, no qual corresponde a 40%. No ensino fundamental I não apresenta nenhuma porcentagem no que se refere ao ensino de maneira incompleta. Já no ensino fundamental II, não há conclusão do ensino, e sim que dentre os/as trabalhadores/as entrevistados/as, 20% cursaram de forma incompleta. Em relação ao nível médio, este também não apresenta nenhum grau de conclusão. Porém, neste último, 20% dos/as profissionais entrevistados/as também cursaram de forma incompleta.

Outro dado em destaque está relacionado à questão da raça e etnia, representado pelo gráfico 4. Nesta representação, conseguimos identificar que 60% dos/as trabalhadores/as se autodeclararam como pardas/os e 40% se autodeclararam como pretas/os. Porém, não houve autodeclaração como branca/o e/ou amarela/o.

É possível notar a partir dos dados apresentados pelos dois gráficos, que os/as trabalhadores/as encontram-se inseridos na esfera da produção e reprodução da força de trabalho, na qual este tipo de trabalho demarca um determinado contexto histórico, econômico e social, em que pessoas com o baixo nível de classe, escolaridade, pretos/as e pobres, estão sujeitas a adentrar em um trabalho de menor prestígio social e de reconhecimento.

Tais fatores são demarcados pelas relações entre classe e gênero, em que de acordo com ANTUNES (2009), vivenciamos no mundo produtivo e reprodutivo a efetivação de uma construção social sexuada, na qual desde a família e a escola, homens e mulheres que trabalham são qualificados/as e capacitados/as de maneira diferente para ingressar no mercado de trabalho.

Desta forma, apresentaremos os últimos gráficos, nos quais os dados coletados são em relação à atividade laboral e às determinadas condições de trabalho dos/as trabalhadores/as da limpeza urbana do município de Sousa-PB.

**Gráfico 5.**

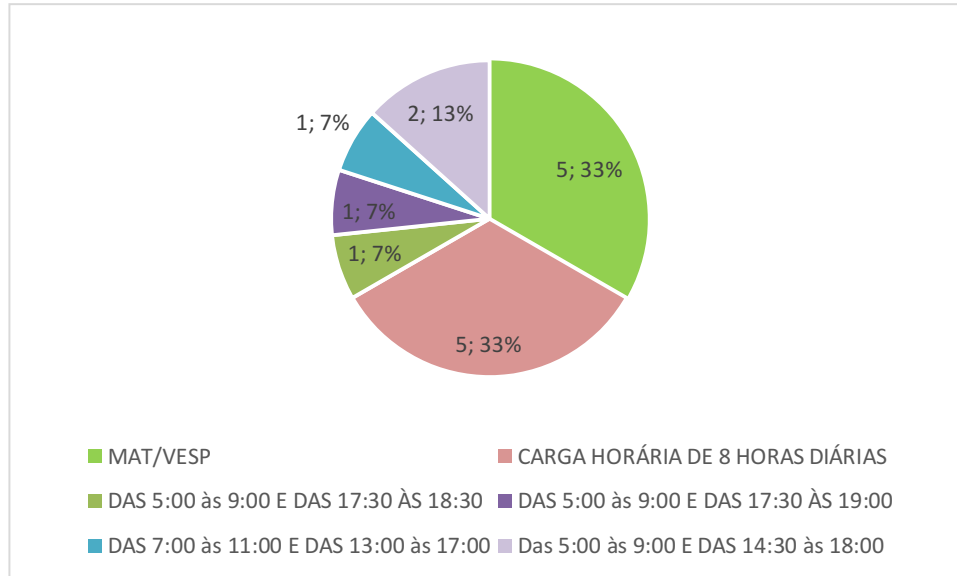
O gráfico 5 é representado pelo tempo de trabalho no qual os/as trabalhadores/es exercem a sua atividade laboral, além das variadas funções encontradas neste âmbito profissional, tendo em vista que a limpeza urbana da cidade abrange variados tipos de atividades.

Apresentamos também neste gráfico, a renda média e o tipo de contrato de trabalho. No que tange ao tempo de trabalho exercido pelos/as trabalhadores/as, pudemos constatar que a maioria estão nesta atividade entre o período de 1 a 5 anos, tempo no qual corresponde à 20% dos/as entrevistados/as. No mesmo seguimento, apenas 5% encontram-se exercendo esta atividade entre o período de 6 a 10 anos.

Dentre os tipos de atividades desenvolvidas, 15% trabalham na varrição das ruas, e 5% encontram-se na função de carroceiro, e mais 5% na de podador de árvores. Em relação à renda, 25% responderam que recebem um salário mínimo. Já no que se refere ao tipo de contrato de trabalho, este é remunerado por meio de contrato temporário, o que também corresponde a 25% dos/as entrevistados/as.

Para finalizar a exposição dos dados socioeconômicos, apresentaremos os dois últimos gráficos nos quais representam o dia a dia dos/as trabalhadores/as, sendo representados pelo o turno de trabalho, pela carga horária em horas diárias, bem como os dados apresentados em relação aos benefícios sociais e previdenciários.

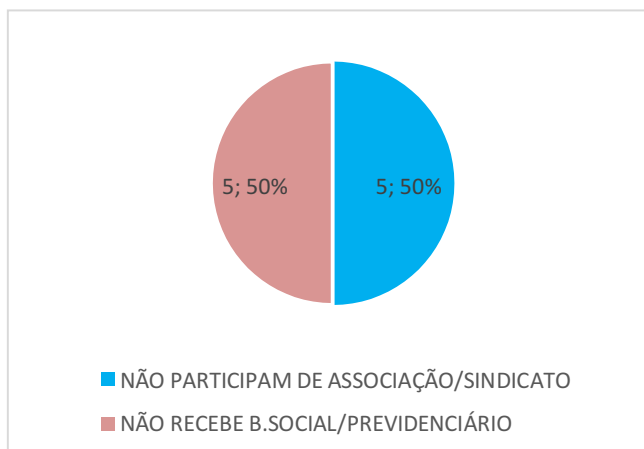
**Gráfico 6.**



O gráfico 6 apresenta os dados em que o trabalho é desenvolvido pelos turnos matutino e vespertino, alguns chegando ao término pelo horário noturno, que corresponde a 33% dos/as entrevistados/as. Em relação à carga horária por horas diárias, 33% dos/as trabalhadores/as trabalham em média oito horas diárias, sendo divididas em horários diferentes.

Dentre estes, 7% dos/as trabalhadores/as exercem suas funções em horários distintos, sendo de cinco às nove da manhã e das dezessete e trinta até às dezoito e trinta. Outros 7% trabalham das cinco às nove da manhã, e das dezessete e trinta até às dezenove da noite, e 7% trabalham das sete às onze da manhã, e das treze às dezessete da tarde. Os dados mostram que apenas 13% dos/as entrevistados/as trabalham das cinco às nove da manhã, e das quatorze e trinta da tarde até às dezoito horas da noite, sendo estes últimos horários iguais.

**Gráfico 7.**





Os dados apresentados neste último gráfico, correspondem à participação em alguma associação ou sindicato por parte dos/as trabalhadores/as, na qual alegaram que não participavam de nenhuma das opções, os dados coletados correspondem a 50% dos/as entrevistados/as. E ainda, foram questionados/as se recebiam algum benefício social ou previdenciário. No entanto, os dados correspondem também a 50% das respostas dos/as trabalhadores/as, os quais responderam que não são público alvo de nenhum dos dois benefícios.

Diante dos dados apresentados nos dois últimos gráficos, nota-se claramente que os/as trabalhadores/as da limpeza urbana da cidade de Sousa-PB desenvolvem seu trabalho por um grande período de tempo. O trabalho dos/as garis da cidade, se apresenta de maneira intensificada pela jornada de trabalho, pela baixa remuneração, um trabalho que não é efetivo, em que ao serem remunerados apenas com um salário mínimo, tais trabalhadores/as não tem o direito de receberem outro tipo de benefício.

Nota-se por outro lado, a importância de se ter um órgão voltado aos direitos dos/as trabalhadores/as, já que nenhum deles/as não participam de nenhuma associação ou sindicato. Outro fator que chama a atenção é sobre os diversos tipos de atividades que são desenvolvidas, como por exemplo, a varrição das ruas em que se pode destacar a questão relacionada aos gêneros, na qual esta atividade é em sua maioria, ocupada por mulheres, e a função dos homens correspondem a outros tipos de atividades como carroceiro e podador de árvores.

Desta forma, além dos baixos salários, da insuficiência dos direitos, e das condições de trabalho, destaca-se mais uma vez a precarização do trabalho feminino de maneira mais intensa, em que o capital sabe se apropriar intensificadamente da polivalência e da multiatividade do trabalho feminino, pela experiência que as mulheres trabalhadoras têm com as atividades realizadas no trabalho reprodutivo, no trabalho doméstico, e que trazem esta experiência do âmbito privado para âmbito da esfera pública (ANTUNES, 2009, p.109).

Segundo o autor, os homens têm dificuldade em se adaptar à essa polivalência, em que o capital para manter seus níveis de exploração, utiliza-se deste contexto social herdado pelas mulheres. Deste modo, para compreender o trabalho do/a gari da cidade de Sousa-PB, aprofundaremos nossa discussão com a análise de discurso, representada pelas falas dos/as sujeitos/as entrevistados/as no último tópico deste capítulo.

### **3.2 Análise de discurso**

Neste último subitem, iremos entender como se deu todo o processo das entrevistas, partindo dos relatos dos/as trabalhadores/as sobre a sua trajetória e seu cotidiano de trabalho nesta profissão. Desta forma, pautamos nossa proposta cujo objetivo era de realizar as entrevistas individualmente, no qual obtivemos êxito, já que todos/as entrevistados/as aceitaram responder ao nosso questionário.

Assim, elaboramos o roteiro de entrevista com oito perguntas direcionadas ao trabalho desses/as profissionais, e em seguida explicamos sobre o que se tratava a pesquisa, e o nosso interesse em abordar um tema tão importante, porém pouco debatido e não reconhecido pela sociedade. Por essa razão, as falas dos/as sujeitos/as apresentaram com riqueza de detalhes, dados captados durante a nossa conversa com os/as garis, os quais tiveram importante participação neste estudo.

A nossa primeira pergunta está relacionada às condições em que tais trabalhadores/as chegaram a esta profissão. Sendo assim, questionamos: Sob quais condições você chegou a esta profissão?

*“Porque eu tava parada eu, eu já trabalhava, em casa serviço doméstico né. Aí eu, eu digo eu vou trabalhar, vou arrumar uma casa. Meu marido trabalha, ele trabalha no Daesa, aí eu pedi a ele pra conseguir era na cozinha que eu queria aí... o homem disse que tinha essa vaga na varrição. Perguntou se eu queria, eu digo eu quero e eu gosto da profissão”(TRABALHADORA 01).*

*“Foi as... as condições de eu ter chegado nesse trabalho foi por que, as necessidade mermo contou, e, tava parado em casa sem fazer nada aí fui na secretaria atrás de serviço, aí como os menino já me conhecia aí ajeitou pra mim trabaiá, mas se num fosse eu tava parado até hoje, que... eu, eu realmente abandonei serviço foi por causa, foi por causa que, foi por causa de que tava ruim mermo pra serviço. Mais eu trabalho de servente diariamente, mais se num fosse eu tava trabalhando de servente, aqui num, num tem (inaudível) pra gente ta trabaiando não” (TRABALHADOR 02).*

*“Como foi que chegou? Eu procurei, botaram eu aqui, eu tô aqui”(TRABALHADORA 04).*

*“Conhecimento” (TRABALHADORA 05).*

Dentre as respostas obtidas, nota-se uma questão de apadrinhamento para adentrar neste tipo de atividade, na qual não se exigiu alguma qualificação ou concurso. Além disso, destaca-se a necessidade em se ter uma renda extra por parte dos/as trabalhadores/as, na qual contribuirá para o complemento das despesas do grupo familiar. A questão do desemprego é um dos fatores que se assola cada vez mais na sociabilidade do capital, e que contribui na inserção dos/as trabalhadores/as na esfera da produção e reprodução da força

de trabalho, na qual estão incluídos os/as garis, sujeitando-os/as a péssimas condições de trabalho, no qual este se torna um trabalho ainda mais precarizado, por meio de contrato temporário, e desprovido de direitos.

As respostas dos/as entrevistados/as coincidem com os dados apresentados no gráficos anteriores, uma vez que, a divisão sexuada do trabalho tem forte representação neste cenário, em que, o trabalho feminino é incorporado e nos mostra a distinção das formas de trabalho, e a condição da mulher na sociedade capitalista, evidenciando o caráter de classe entre os gêneros.

ANTUNES (2009) faz esta análise sobre a condição da mulher na sociabilidade do capital, e ressalta que “[...] A mulher *trabalhadora*, em geral, realiza sua atividade de trabalho *duplamente, dentro e fora de casa*, ou, se quisermos, *dentro e fora da fábrica*. E, ao fazê-lo, além da *duplicidade do ato do trabalho*, ela é duplamente explorada pelo capital[...]

O capital se apropria da dupla jornada de trabalho da mulher para explorá-la, uma vez que, ela exerce sua atividade de trabalho dentro e fora da esfera privada, e que além de ser explorada a sua força de trabalho no espaço público, tal exploração também acontece no âmbito privado, ou seja, no trabalho doméstico não remunerado, em que a mulher consome horas decisivas, o que possibilita ao capital a sua reprodução nesta esfera do trabalho, não diretamente relacionado ao trabalho mercantil, no qual este cria condições para a reprodução da força de trabalho dos seus maridos, dos seus filhos/as e dela mesma.

A partir da análise das condições as quais os/as garis chegaram nesta profissão, seguimos com o questionário na qual a questão dois pede: Explique seu cotidiano de trabalho.

*“O dia a dia? Ah... chego e começo de cinco, chego em casa de nove, começo de novo a luta em casa. Você sabe como é a luta de dona de casa, dona de casa é... é corrido. E, quando é na hora de voltar de novo à tarde, quatro e meia tô voltando” (TRABALHADORA 01).*

*“Diariamente é... é bom, não tem o que falar não dá pra gente, dá pra gente se divertir com as menina trabalhando no meio da rua, o que é bom hoje em dia é amizade né? A gente tendo amizade, não tem coisa melhor não, só isso mermo” (TRABALHADOR 02).*

*“Eu poldo...é, como se diz, semanal. Poldo a semana pra prefeitura e o final de semana poldo pra mim, particular. As pessoa me contrata e eu poldo, sábado, domingo é, um feriado que tenha aí eu também poldo” (TRABALHADOR 03).*

*“Eu chego cinco da manhã, faço essa principal, depois entro nos bairro, faço o Jardim Santana e o Campanema, quando dá o horário eu vou pra casa” (TRABALHADORA 04).*

De acordo com as respostas apresentadas, verificamos o que antes já havíamos apontado em relação à atividade laboral dos/as sujeitos/as entrevistados/as. O trabalho dos/as garis se caracteriza pela dupla jornada de trabalho tanto na esfera pública, quanto na esfera privada (o trabalho doméstico) no caso das mulheres, como representa a fala da trabalhadora (01). Além disso, nota-se a intensidade na qual este tipo de atividade é desenvolvida, representado pelas horas diárias, pela jornada percorrida durante o processo de trabalho, e no deslocamento de um local para outro, como aponta a trabalhadora (04).

Outro dado que nos chamou atenção é o fato de que, apesar deste tipo de trabalho se apresentar de maneira desgastante e cansativo em seu cotidiano, o/a trabalhador/a busca em meio a sua atividade laboral uma maneira de tornar o seu trabalho mais leve, por meio das relações de amizades construídas durante o período de trabalho com os/as demais colegas de profissão, como ressaltou o trabalhador (02).

Porém, decorrente da forma do trabalho existente na sociabilidade do capital, a condição de realização do ser social por meio do trabalho se inverte, isto é, há uma desrealização do ser social, no qual o resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio, como algo que não lhe pertence, torna-se estranho ao produtor, e que se transformou em coisa. Portanto, a realização efetiva do trabalho apresenta-se como desefetivação do trabalhador (ANTUNES, 2015, p.172).

Deste modo, o trabalho torna-se estranhado, no qual nos implica dizer que é por meio deste estranhamento sob o capitalismo, que o/a trabalhador/a recusa o trabalho e nele não se satisfaz, mas se degrada, nele não se reconhece, mas se nega, fazendo com que se sinta junto a si próprio fora do trabalho, e fora de si no trabalho, ou nas palavras de ANTUNES (2015), o/a trabalhador/a se sente em casa quando não trabalha, e quando trabalha não se sente em casa.

Ainda em relação ao cotidiano dos/as trabalhadores/es da limpeza urbana de Sousa-PB, a fala do trabalhador (03) nos mostra que além de desenvolver o seu trabalho semanalmente para a prefeitura, tal trabalhador complementa o seu salário, por meio da sua atividade de maneira particular, isto é, fora da sua carga horária semanal. A fala deste trabalhador nos traz uma importante reflexão em que de um lado, o trabalho por ele realizado é de fato desgastante, porém, por outro, ele o realiza mesmo fora de sua jornada

de trabalho para complementar o salário. Desta forma, vemos aqui uma exponenciação da precarização, na qual ao que parece, é fruto da inexistência de outras alternativas.

Mediante as falas dos/as trabalhadores/as, surgem inquietações que nos levam a percorrer outros caminhos, com o intuito de conhecer a realidade desses/as sujeitos/as de maneira mais aprofundada em relação à sua trajetória. Partindo desta perspectiva, trata-se da terceira pergunta do nosso questionário: A renda recebida pelo seu trabalho garante a satisfação das necessidades do seu grupo familiar?

*“Não garante por que a carístia hoje tá grande né? Mas se não fosse dava pra sobreviver por que somos dois” (TRABALHADORA 01).*

*“De dá não dá não né que pra receber um salário mínimo pá, pá pagar papel de energia, pá fazer compra, quanto você num gasta dum, duma compra hoje em dia no mercado? E quanto num vem de energia? É, é difícil” (TRABALHADOR 02).*

*“É... acho que sim, sinto dificuldade as vezes ainda, mais acho que... que dá. A gente vai batalhando e acho que dá pra ir levando a vida né?” (TRABALHADOR 03).*

*“É... um salário mínimo não é muita coisa não mais é melhor do que nada” (TRABALHADORA 04).*

*“Dá pra sobreviver” (TRABALHADORA 05).*

De acordo com os/as entrevistados/as, a renda recebida nem sempre garante a satisfação das necessidades básicas do grupo familiar. Em alguns casos, devido aos altos preços do mercado, só é possível manter a satisfação das necessidades quando mais de uma pessoa da família possui renda, como explica a trabalhadora 01. Além disso, outras questões são tidas como prioridades básicas, como o pagamento de energia, a compra de cesta básica, em que o salário recebido pelos/as garis torna-se quase ineficiente como apontado pelo trabalhador 02.

Deste modo, o salário recebido garante tais necessidades com algumas dificuldades, como é representado pela resposta do trabalhador 03 e, ainda, este salário não oferece melhores condições de vida aos trabalhadores/as, os quais travam uma luta diária para sobreviver desta renda, e os levam a um pensamento de que mesmo diante do valor recebido, mesmo que o salário mínimo seja pouco, mas é melhor do que não ter nenhuma outra renda, e assim dá para sobreviver, como explicitado pelas trabalhadoras 04 e 05.

Diante da precariedade e mutações que vem ocorrendo no mundo do trabalho com o passar dos anos, sobretudo afetando ainda mais a vida da classe trabalhadora, mudando as

várias formas de trabalho, na nossa quarta questão indagamos: Você tem conhecimento dos cortes nos direitos trabalhistas? Qual o seu entendimento sobre essa questão?

*“É.. no meu modo de pensar direito trabalhista é você trabalhar, ainda mais como a gente que trabalha nesse serviço né, de ter tudo que tem direito né, mas nós não temo” (TRABALHADORA 01).*

*“Tenho. Tenho muito, tenho um bocado, mas a gente num, num como é que se diz é, a gente num pode falar né? Se a gente falar a gente tamu errado” (TRABALHADOR 02).*

*“Se tem direito o que? É... acho que sim, tenho conhecimento, não muito mais tenho conhecimento. Eu acho, é... corte de direito trabalhista né? É, eu acho que... acho que não é certo né, corte em direito trabalhista, se tem direito, cabe ao trabalhador a um direito” (TRABALHADOR 03).*

*“Não” (TRABALHADORA 04).*

*“Mais ou menos (risos). Não sei não” (TRABALHADORA 05).*

A destruição dos direitos trabalhistas tem sido um grande fator no qual marca as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho, ainda que, esta relação continue sendo uma característica da compra e venda da força de trabalho. As declarações dos/as entrevistados/as nos mostram que não há total clareza em relação aos desmontes nos direitos trabalhistas. Contudo, os/as trabalhadores/as reconhecem a importância de se ter melhores condições de trabalho, ou seja, de ter os seus direitos assegurados para que possam desempenhar melhor o seu papel nesta atividade.

Levando em consideração as informações sobre o conhecimento da destruição nos direitos trabalhistas por parte dos/as entrevistados/as, consideramos importante abordar sobre as condições de trabalho de tais sujeitos/as. Para tal análise, trata-se da quinta questão do questionário: Como você avalia as suas condições de trabalho, tais como: segurança do trabalho, saúde do trabalhador, equipamentos de trabalho. Acha que precisaria de melhorias? Quais? Obtivemos as seguintes respostas:

*“Não tem nada né. Segurança do trabalho, humm. Precisa sim. Material né? Farda mermo chegou agora, mas nem recebi a minha. Farda, é... material pra trabalho né, por que essas vassouras são péssimas pra trabalhar” (TRABALHADORA 01).*

*“Como segurança, péssimo. Como equipamento de trabalho também tá péssimo. E muito viu, o que o prefeito podia fazer era trazer uma firma pra gente trabaíá, que, que quando a gente ter... terminar de traba... chegar um dia de, de ser botado pra fora a gente ter um direito de... ter direito de receber um negócio, alguma coisa, um dinheiro né? Pra gente comprar alguma coisa na frente, mais aqui do jeito que vai, seis mês de contrato a gente tamo como é que se diz, é... de, de, de mãos atada né pode fazer nada” (TRABALHADOR 02).*

Em relação as condições de trabalho, as respostas dos/as entrevistados/as mostram com clareza a inexistência dos equipamentos de proteção individual (EPIs), em que o trabalho desenvolvido não oferece segurança ao/a trabalhador/a, além da falta de material, como fardamento, equipamentos adequados como vassouras, como destaca a trabalhadora 01.

No entanto, a fala do trabalhador 02 reforça a questão da falta de segurança, dos equipamentos de trabalho, e volta a questão relacionada aos direitos do trabalho quando apresenta uma reivindicação por parte do trabalhador à gestão, por uma empresa, em que segundo ele, se um dia chegar a sair do trabalho, futuramente possa ter alguma garantia.

Durante a entrevista com os/as trabalhadores/as foi possível notar que, estes não fazem o uso dos EPIs, em que tais sujeitos desenvolvem a sua atividade laboral de maneira desprotegida, além dos materiais inadequados e em pouca quantidade, mas que ao mesmo tempo, reconhecem a necessidade de melhorias para desenvolverem o seu trabalho.

As respostas da trabalhadora 01 e do trabalhador 02, contrapõem -se com as respostas dos demais, como é representada na fala do trabalhador 03.

*“ É... em termo de...é, equipamento eu trabalho feliz, quando preciso tem. Ah... o que, o que preciso tenho pra trabalhar, graças a Deus. É, é... acho que poderia melhorar mais, acho que poderia me... melhorar” (TRABALHADOR 03).*

Deste modo, há uma satisfação no que diz respeito aos seus materiais de trabalho, porém o trabalhador destaca que precisaria de mais melhorias. Seguindo nosso roteiro de pesquisa, tratamos ainda sobre o trabalho dos/as garis na questão seis do nosso questionário, na qual indagamos: Seu trabalho gera desgaste físico e mental? Se sim, comente quais tipos.

Ao fazermos essa abordagem, os/as sujeitos/as entrevistados/as reponderam da seguinte forma: “(...)”*Não* (...)” (TRABALHADORA 01), e “(...) *Não, gera não* (...)” (TRABALHADOR 02). Apesar de antes terem afirmado que trabalham em péssimas condições, como a falta de material apropriado e a falta de segurança do trabalhador, tais trabalhadores/as colocam que o seu trabalho não gera nenhum dos desgastes acima questionados.

No entanto, as respostas se divergem de acordo com cada um/a dos/as trabalhadores/as, quando se fala em desgaste físico, como são representadas abaixo, pelas falas do trabalhador 03 e da trabalhadora 04.

*“ Não... físico é... físico sim, a gente puxa, puxa mais um pouco, físico sim. Desgaste físico né? Mas mental, acho que não, a gente se preocupa com uma coisa ou outra, mas acho que não, é” (TRABALHADOR 03).*

*“Físico né, um pouquim, por que anda muito “ (TRABALHADORA 04).*

Conforme o ponto de vista do/a trabalhador/a, o seu processo de trabalho gera um desgaste físico, devido ao movimento repetitivo em que um deles executa o seu trabalho, e também por conta do trajeto no qual a trabalhadora precisa percorrer para desenvolver a sua atividade laboral.

Como destaca o trabalhador 03, embora o seu trabalho as vezes gere algum tipo de preocupação, são motivos que não afetam tanto a sua saúde mental, mas nota-se na fala deste trabalhador que o desgaste físico é o que predomina mais no seu espaço de trabalho.

Para (LARA, 2011, p.83 *apud* FRANÇA JÚNIOR, 2018, p. 260), o trabalho pode ocasionar vários tipos de adoecimentos, como as lesões por -esforço repetitivo (LER), os distúrbios mentais causados pelo estresse, dores lombares, assim como problemas auditivos, oculares, entre outros. Tais adoecimentos estão relacionados às condições objetivas do processo de trabalho, nas quais consistem em condições precárias de maquinários, bem como aos ambientes insalubres, à exposição aos riscos físicos e biológicos, além das determinações sociais empregadas pelo capital.

Diante disso, o salário se torna insuficiente para sobrevivência, em que a presença de contratos de trabalho se tornam cada vez mais instáveis, inseguros e desprovidos de garantias sociais, além do medo do desemprego, o que leva a classe trabalhadora a produzir no modelo do capital, provocando danos à saúde do trabalhador.

É sabido que o mundo do trabalho tem passado por diversas transformações ao longo dos anos. No Brasil, particularmente na década de 1990, essas transformações se estabeleceram de maneira intensa pela nova divisão internacional do trabalho, uma vez que, foi por meio de uma dinâmica interna na qual esta era uma característica dos países de industrialização dependente, e que teve seu fundamento na exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2018, p.138).

Deste modo, houve uma imposição de salários baixos, na qual estava relacionada aos ritmos intensificados de produção e jornadas de trabalho prolongadas, em que se acentuou na desorganização do movimento operário e sindical, imposta ainda no período da ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985.



Segundo o autor, foi devido a implantação de programas de qualidade total, dos sistemas just-in-time e kan-ban, e da introdução de ganhos salariais aos quais eram vinculados à lucratividade e à produtividade, em que se adequavam ao projeto neoliberal, que oportunizou na intensificada expansão da reestruturação produtiva, na qual teve como consequências a flexibilização, a informalidade e a precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora brasileira.

Ainda de acordo com ANTUNES (2018), conforme mostram várias pesquisas, parte dos efeitos desse processo se efetua na relação direta entre trabalho terceirizado e na alta incidência de acidentes de trabalho, principalmente aqueles que têm como causa o óbito do/a trabalhador/a, além de apresentar outra manifestação significativa, na qual se refere aos adoecimentos como nexos laborais, isto é, aqueles relacionados às lesões osteomusculares e transtornos mentais.

Assim, o trabalho terceirizado, flexibilizado, informal, e por meio de contrato temporário no qual os/as garfis estão inseridos, apresenta-se como uma resposta ao desemprego, em que tais trabalhadores/as estão sujeitos/as a condições precárias de trabalho impostas pelo capital, uma vez que, estes/as encontram-se nesta profissão não por uma questão de escolha, mas como uma única forma de sobrevivência e de satisfação das suas necessidades básicas.

Além das vulnerabilidades em que estes/as trabalhadores/as estão expostos, como os riscos de incidentes no trabalho, direitos fragmentados, salários insalubres, ainda assim, sentem na pele o preconceito sofrido por exercer este tipo de atividade. Nesse sentido, tratamos dessa problemática na questão sete do nosso questionário, quando foi questionado aos trabalhadores/as: Você sofre ou já sofreu algum tipo de preconceito por desenvolver este trabalho?

*“Já. Mais isso é coisa que eu nem ligo. As vezes os conhecido passava logo quando eu comecei, o povo passava quando me via virava a cara, eu começava era a rir. Tem gente mermo da família do meu marido que passa por mim nem olha por que eu tô varrendo arua” (TRABALHADORA 01).*

*“Muito viu. Quando o povo me ver na, na rua, eles diz ó o carroceiro que apanha lixo no mei da rua, eu digo num tem nada não, com muito orgulho” (TRABALHADORA 02).*

*“Já, mais... eu ignoro, que eu gosto do que faço” (TRABALHADORA 05).*

Como mencionado acima, a maioria dos/as trabalhadores/as entrevistados/as sofrem ou já sofreram algum tipo de de preconceito por desenvolverem este tipo de trabalho. A

invisibilidade na qual estes/as sujeitos/as são tratados por parte da sociedade, os tornam pessoas invisíveis quando estão nos seus postos de trabalho, como afirma a trabalhadora 01, ao lembrar quando iniciou nesta atividade que as pessoas viravam a cara quando a viam, e que era ignorada até mesmo por familiares.

Além disso, estes/as profissionais por desempenharem o papel de gari, passam a ser alvo de piadas, ou são apontados na rua, vistos/as apenas como uma única referência: a de lixeiro/a, como acrescenta o trabalhador 02. Já a trabalhadora 05 afirma que também já foi vítima de preconceito, mas que apesar disso, ignora pois gosta da profissão.

Esses relatos fazem-nos refletir sobre como a sociedade enxerga o trabalho do/a gari, no qual este/a profissional é reconhecido apenas pela sua farda, no seu local de trabalho, mas não como um sujeito que pertence ao meio social, a identidade do sujeito desaparece, em que “[...] esse ser, ao vestir essa farda se transforma ou se some, perde sua identidade, seu nome não é mais próprio e sim comum [...]” (SILVA PONTES, 2019, p. 47).

Portanto, existe um lugar específico para o uso do fardamento, em que neste caso, todos/as garis, varredores/as, carroceiros surgem como se tivessem apenas uma identidade, não há distinção entre um ou outro, para as pessoas o que aparece é a farda, e não o sujeito como pessoa, a sua identidade é camuflada pela sua farda, tornando-o um sujeito comum.

Ainda em relação ao preconceito, há os que afirmam que não sofre ou não sofreram nenhum tipo de preconceito, esta afirmação está representada nas seguintes falas: “(...) Não, não. Nem, nenhum preconceito, a... sinto alogio, é (...)” (TRABALHADOR 03) e “(...) Não (...)” (TRABALHADORA 04).

As respectivas falas nos mostram a diferença de como a profissão do/a gari é vista pela sociedade, em que estes/as profissionais são ignorados, e que o seu papel se torna menos importante do que outros cargos, essa diferença é representada na fala do trabalhador 03, ao dizer que não sofre nenhum preconceito, que pelo contrário, é elogiado.

Este trabalhador trata-se de um podador de árvores, porém, o seu trabalho também faz parte da limpeza urbana do município, e o seu processo de trabalho também se insere nas diversas condições de trabalho expostas no decorrer da nossa abordagem. O que podemos verificar mediante esta resposta, é que a função de cada trabalhador/a é o que vai diferenciá-los/as. A percepção das pessoas para com estes/as trabalhadores/as, é demarcada pelo o tipo de função, ou seja, o tipo de trabalho que é desenvolvido por cada um deles/as, tornando os/as garis inferiores aos que exercem outros tipos de funções.

O desemprego estrutural em escala global afetou diretamente a vida da classe trabalhadora, sobretudo nas condições de trabalho, em que se encontram o trabalho precarizado, terceirizado e temporário. Tais fatores empurram os/as trabalhadores/as para a esfera da reprodução da sua força de trabalho, levando-os a aceitarem as condições de trabalho nas quais seguem os moldes do capital. Destaca-se neste contexto, os/as trabalhadores advindos de famílias de baixa renda, com baixa escolaridade e sem qualificação adequada para ingressar no mercado de trabalho formal.

Os/as garis estão inseridos nesta esfera, uma vez que, esta é uma das profissões vista com pouca reputação, em que “[...] as pessoas que lidam com o lixo são menosprezadas pela sociedade, se tornando invisíveis diante dos outros [...]” (GOMES; OLIVEIRA, 2013 *apud* MEIRA *et al*, 2019, p.58).

Portanto, as pessoas que trabalham com limpeza, sobretudo as que lidam com o lixo são em sua maioria desvalorizadas, sofrem humilhações e são tratadas como pessoas inferiores pela sociedade, em que estas encontram um momento de prazer no seu trabalho, quando recebem algum tipo de elogio, um dos poucos momentos de prazer encontrado por elas, é quando são reconhecidas ou elogiadas.

Porém, em contrapartida, as pessoas que atravessam a barreira do desemprego, em sua maioria, só conseguem somente adentrar nos postos de trabalho com baixa remuneração e menor prestígio social, e isso faz com que a sua atividade se desenvolva de maneira insatisfeita ou sem prazer, se tornando uma atividade cujo o seu sentido desaparece.

Neste seguimento e de acordo com tudo que já foi exposto até agora, finalizamos nosso roteiro de entrevistas com a oitava e última questão do nosso questionário, na qual indagamos aos trabalhadores/as entrevistados/as: Na sua concepção, o seu trabalho é reconhecido pela sociedade? Comente. Deste modo, os/as trabalhadores/as nos responderam da seguinte forma:

*“Ah, aí é onde tá viu. Eu acredito... uns reconhece, outros não. Outros critica né, diz que a pessoa ganha... com a cara, que não trabalha” (TRABALHADORA 01).*

*“Também não. O povo de Sousa num, num tem cons... consciência das, das coisas não. O povo de Sousa, é... a gente passa no mei da rua é... com três minuto já ta jogando lixo de novo no mei da rua” (TRABALHADOR 02).*

*“É reconhecido sim. É reconhecido sim” (TRABALHADOR 03).*

*“É. Acho que é” (TRABALHADORA 04).*

Analisando as falas acima mencionadas, pode-se observar que as respostas variam de acordo com a interpretação de cada um/a dos/as trabalhadores/as, no que tange ao reconhecimento do seu trabalho pela sociedade. A trabalhadora 01 afirma que o trabalho é reconhecido por algumas pessoas, mas que por outro lado, as/os trabalhadores/as são criticados.

A fala do trabalhador 02 é direcionada aos próprios moradores da cidade, na qual o mesmo retrata que a falta de consciência das pessoas faz com que o seu trabalho não seja reconhecido, pois, no momento em que as ruas são limpadadas pelos/as garis, em poucos instantes as pessoas passam e jogam o lixo onde foi limpadado por eles.

O trabalhador 03 afirma que a sociedade reconhece o seu trabalho. Já na fala da trabalhadora 04 podemos notar que há uma incerteza na sua resposta quando esse reconhecimento é questionado, na realidade, ela acha que a sociedade reconhece o trabalho do/a gari, porém de acordo com os relatos dos demais entrevistados/as, nota-se que esta é uma das profissões de grande importância na qual contribui para o bem estar da cidade, mas que ainda se torna uma das profissões menos valorizadas em relação aos seus direitos, e menos reconhecida socialmente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho de conclusão de curso na qual foi feita a abordagem sobre o tema -Trabalho inglório? Estudo sobre as condições de trabalho das (os) trabalhadoras (es) da limpeza urbana de Sousa – PB, apresenta as condições de trabalho destes/as trabalhadoras/es diante do seu processo de trabalho, bem como a inserção desses/as sujeitos/as na esfera da produção e reprodução da força de trabalho frente à sociabilidade marcada pelos moldes do capital. Além disso, pontua-se o cenário marcado pela destruição dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, os quais submetem a classe trabalhadora a condições de trabalho precário, sendo este flexibilizado, terceirizado, contratado, e também informal.

Desta forma, verificamos por meio da pesquisa que as condições de trabalho postas aos trabalhadores/as da limpeza urbana do município de Sousa-PB impactam diretamente na vida desses/as profissionais, uma vez que a exploração da força de trabalho, além de outros fatores como a baixa remuneração, a intensa jornada de trabalho, a sobrecarga de trabalho, a instabilidade no emprego, bem como as questões relacionadas à segurança do/a trabalhador/a, se fazem presentes nesse contexto, nos quais atendem à proposta da nossa pesquisa.

No entanto, observamos neste processo as diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo nas suas formas de atender às necessidades dos sujeitos sociais. Entendido como uma categoria fundante do ser social, o trabalho apresenta um papel fundamental na construção das relações sociais dos sujeitos coletivos, porém, na sociedade capitalista o papel do trabalho vem perdendo o seu real sentido ontológico.

Diante disso, é necessário compreendermos a realidade social, bem como a sua totalidade, fazendo uma abordagem acerca da categoria trabalho e o seu sentido ontológico, bem como o seu significado na intrínseca relação pela satisfação das necessidades básicas, até aos graus mais elevados do seu ser. Tal compreensão nos permite apreender as diversas formas de relações de produção presentes na sociedade atual, como as condições de apropriação e de exploração da força de trabalho, condições nas quais se desenvolvem e se complexificam, alicerçadas no campo da alienação, da coisificação e na acentuada exploração da classe trabalhadora.

Deste modo, na sociedade capitalista, o trabalho é incorporado e utilizado ainda mais como forma de dominação e exploração da vida humana, isto é, perante o modo de produção capitalista, o capital se apropria do trabalho e, ao mesmo tempo, utiliza-se da exploração da força de trabalho humana para a sua manutenção. Nesse sentido, o ser social passa a ser visto apenas como uma mercadoria, com o propósito de gerar lucro ao capital, no qual este o despreza enquanto um ser que possui vida própria, ou seja, é na sociedade marcada pelos moldes do capital, em que se extrai ao máximo a exploração do/a trabalhador/a para obter a sua lucratividade.

Importante destacar o contexto de crise no qual marcou este modo de produção, que foi justamente na crise de 1970 em que os modelos taylorista e fordista experimentaram um agudo processo de crise, no qual impossibilitou tal modelo a dar respostas e atender aos interesses do capital. Em função disso, inicia-se um processo de reorganização do capital nas esferas ideológicas e políticas dentro do seu sistema de dominação, com o intuito de responder à sua crise.

Nesse contexto, surge o advento do neoliberalismo em que junto a ele traz a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e os desmontes no setor produtivo estatal, na qual a era Thatcher-Reagan se destacou como uma forte expressão, na qual implicou um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho. Em face disso, o padrão de acumulação perde sua total rigidez e, assim, cabe ao capital implantar um processo de transformação em sua estrutura de acumulação, processo no qual afirma a presença da acumulação flexível, ou como mais conhecida, reestruturação produtiva.

Diante das diversas mutações ocorridas no mundo do trabalho, e a partir do processo de enxugamento das empresas, trouxe consequências para a classe trabalhadora na qual esta é impulsionada a aceitar as variadas condições de trabalho, sobretudo no que tange as novas formas de empregabilidade, por meio do trabalho contratado, temporário, precarizado, e informal. Além da desregulamentação do trabalho, das formas de organização e gestão do trabalho, implicando assim na flexibilização e na precarização do trabalho, o que possibilita ainda mais ao capital explorar o/a trabalhador/a que consegue continuar empregado.

No contexto de precarização, o trabalho passou a ser ainda mais árduo com as formas de intensificação, exploração e outros parâmetros, estes são presentes nas falas dos/as trabalhadores/as entrevistados/as desta pesquisa. Entretanto, a precarização do trabalho se apresenta como uma estratégia do capital, na qual se alastra por toda esfera da vida social e, deste modo dar-se a relação entre a precarização e o trabalho assalariado, em que as condições de trabalho dos/as trabalhadores/as são definidas pelo capitalismo e pelas organizações patronais de trabalho, exigindo cada vez mais da classe que vive do trabalho.

Deste modo, torna-se fundamental ressaltar o importante e fundamental papel dos movimentos de lutas e reivindicações da classe trabalhadora, assim como o fortalecimento das associações, dos movimentos sociais e, principalmente, dos sindicatos, no qual foi constatado durante a pesquisa que os/as trabalhadores/as não participam de nenhum dos referidos movimentos.

A precarização do trabalho impacta profundamente na vida e na subjetividade dos/as trabalhadores/as, rebatimentos nos quais podem ser demonstrados pelas falas dos/as entrevistados/as a partir das condições de trabalho dadas a esses/as sujeitos/as como: as precárias condições de trabalho, a intensa jornada de trabalho, os baixos salários, a falta de equipamentos de trabalho adequados, a carga horária de trabalho, a ausência dos direitos trabalhistas, os sentimentos de inferioridade, e os desgastes físicos e mentais.

Assim, torna-se importante analisarmos criticamente e coletivamente as determinadas situações que são postas, tendo em vista contribuir teoricamente e analiticamente na produção do conhecimento, expressando as determinações impostas por um Estado classista no qual valoriza o capital e inferioriza a classe trabalhadora. Tais determinações se expressam pelos ataques aos direitos, em específico aos direitos trabalhistas e previdenciários nos quais a cada dia se tornam mais fragilizados pela ordem vigente, em que reflete na precarização do trabalho, no desemprego estrutural e nas diversas transformações que ocorrem no mundo do trabalho.

Deste modo, diante dos dados coletados neste estudo, procuramos analisar a maneira pela qual este tipo de trabalho é desenvolvido, com objetivo de encontrar respostas a fim de atender a pergunta elaborada no nosso título. Nesse sentido, observamos que este trabalho torna-se inglório no sentido de que a exploração e superexploração da força de trabalho são presentes neste espaço, além das condições de trabalho que são postas a estes/as trabalhadores/as. Porém, em contrapartida, este trabalho deixa de ser inglório no sentido de autossatisfação da necessidade humana, em que a partir de um salto ontológico, da maneira em que o trabalho nos possibilita a emergência de um novo ser, ao mesmo tempo, ele nos coisifica, nos aliena, uma vez que estas são condições existentes no cotidiano do capital.

À vista disso, perante aos atuais desafios apresentados pelos/as trabalhadores/as entrevistados/as, colocamos em evidência, bem como consideramos que é necessário traçar novos caminhos e estratégias para o enfrentamento da desvalorização dos/as profissionais da limpeza urbana, ou como mais conhecidos/as, os/as garis. Nesse sentido, considera-se que a precarização do trabalho se modifica de acordo com cada conjuntura e dinâmica da sociedade, neste caso, é necessário refletir sobre a maneira de como mudar as condições de trabalho dadas dentro desse sistema de dominação, fazendo com o que essa mudança possibilite ao trabalhador/a a viver em dignas condições humanas e de trabalho para manter a sua subsistência/sobrevivência.

Por meio desta pesquisa, buscamos mostrar a realidade do trabalho dos/as garis da cidade e fazer com o que as pessoas e a sociedade de modo geral tenham consciência do importante papel social que estes/as profissionais têm para com a sociedade. Esperamos que esta pesquisa não seja reduzida ao campo do esquecimento e atravesse para além da academia e, ao mesmo tempo, sirva de inspiração para o aprofundamento de novos debates, acerca desta problemática, dando mais visibilidade a esta profissão e novas possibilidades de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**/Ricardo Antunes. -16. ed.- São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, RICARDO L. C. (Ricardo Luís Coltro), 1953- **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**/Ricardo Antunes. – São Paulo: Boitempo, 2005. 136p.

ANTUNES, RICARDO L. C. (Ricardo Luís Coltro), 1953- **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**/ Ricardo Antunes. – [2.ed., 10.reimpr. rev. E ampl.]. – São Paulo : Boitempo, 2009. –(Mundo do Trabalho).

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital** / Ricardo Antunes. – 1.ed. – São Paulo : Boitempo. 2018.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, p. 19-40, 2015. Semestral. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=427&post%5Fdata=user%3Dnil%26UserActiveTemplate%3Dnil%26sid%3D48&sid=48>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço social: fundamentos ontológicos** / Maria Lucia Silva Barroco. – 8 ed. – São Paulo, Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história** / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Acesso em: mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Acesso em: jun. 2020.

CAMPOS, D. F. **A PROFISSÃO GARI A LUZ DOS DIREITOS SOCIAIS DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE**. *Revista de Direito UNIFACEX*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1–19, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifacex.com.br/direito/article/view/689>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

FREDERICO, C. Marx. **Lukács: a arte na perspectiva ontológica**. Natal: EDUFRN, 2005.

FRANCA JUNIOR, R. P. **A “odisséia” do ser social: O mundo do trabalho nas produções científicas no Serviço Social brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social)\_\_\_Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2018.

FRANCA JUNIOR, R. P. **Trabalho, teleologia e causalidade: as formas originárias da práxis social em Lukács**. R. Katál., Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 572-581, set. /dez. 2020 ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p572>>. Acesso em: jun. 2021.

FERNANDES, Ana Elizabete Simões da Mota. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90** / Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes. São Paulo: Cortez, 1995.



GERHARDT, T, E; SILVEIRA, D.T (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antonio Carlos Gil, 4. ed.-São Paulo: Atlas, 2002.

GUANAIS, Juliana Biondi, 1985- Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria brasileira / Juliana Biondi Guanais. – Campinas, SP: [s.n.], 2016.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

Lara, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate** / Ricardo Lara. –Franca: UNESP, 2008. Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

LAKATOS. E. M; MARCONI. M. A de. **Técnicas de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas; 1999.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: livro I: o processo de produção do capital/ Karl Marx; tradução Rubens Enderle. – 2.ed.- São Paulo: Boitempo, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MATOS, T. M.; T.C.B, L.; PAIVA, L. E. B.; FERRAZ, S. F. S. **O sentido do trabalho dos garis coletores de resíduos domiciliares**. RGO. Revista gestão organizacional (ONLINE), v. 10, p. 125, 2018.

MEIRA, F. G. G.; GOMES, A. F.; AMARAL, M. S. **O Trabalho de Gari: das Motivações às Expectativas Profissionais**. *Revista Gestão & Conexões*, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 52–71, 2019. DOI: 10.13071/regec.2317-5087.2019.8.3.24815.52-71. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/24815>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973], pp.01- 43. Este documento encontra-se em <[www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br)>.

NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 8. Ed. – São Paulo : Cortez, 2012. – (Biblioteca básica de serviço social ; v. 1).

PAULO NETTO, José 1947- **Introdução ao estudo do método de Marx** / José Paulo Netto. -1ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 77p.

RUBIN, I. I. **A Teoria Marxista do Valor**. Editora Polis. Coleção Teoria e História 13. São Paulo, 1987.

SILVA, E. P. **Trabalho e desigualdade social na contemporaneidade: reflexões sobre a invisibilidade dos agentes de limpeza pública - Garis**. 2019. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande; 2019.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (invisíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho / Maria Augusta Tavares**. — São Paulo: Cortez, 2004.

## APÊNDICE I



### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Pesquisador Responsável: Reginaldo Pereira França Junior  
Endereço: Rodovia Governador Antonio Mariz (BR230) S/Nº, KM 466,5 – Campus BR –  
Sousa - Paraíba  
CEP: 58800-120  
Fones: 83 – 3251 3266 – 34 98837 8307 / 62 98317 8307  
E-mail: reginaldo.francajr@gmail.com

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa - ***Trabalho inglório?*** Estudo sobre as condições de trabalho dos (as) trabalhadores (as) da limpeza urbana de Sousa – PB. Este projeto tem como objetivo central conhecer e analisar as condições de trabalho dos/as trabalhadores/as da limpeza urbana do município de Sousa-PB, no ano de 2020, ao mesmo tempo em que se atenta a fim de aprofundar o conhecimento sobre a categoria trabalho, bem como o desvelamento da realidade local e o seu processo de trabalho. Nesse sentido, coloca-se em evidência as várias determinações presentes nesse espaço, tais como: a produção e reprodução da força de trabalho, a exploração do trabalho, a segurança dos/as trabalhadores/as, o desmonte dos direitos sociais trabalhistas, além dos direitos previdenciários. Seu prosseguimento se dará por meio de pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo, com aplicação de questionário semiestruturado junto de seis a oito sujeitos, por meio de escolha aleatória simples. Esse projeto busca a compreensão de como ocorrem as relações sociais entre os trabalhadores/as, tendo em vista as refrações da questão social, as quais a sua existência se consolida na esfera da reprodução da força de trabalho, principalmente de que maneira tais relações de trabalho se desenvolvem entre si, visando analisar a realidade concreta, além de possibilitar promover o debate sobre a categoria do trabalho e sua relação direta no desenvolvimento da sociabilidade e dos sujeitos sociais junto à comunidade universitária, trabalhadores/as e sociedade.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para **participar** ou **recusar-se** a participar. Poderá **retirar** seu **consentimento** ou **interromper** a participação a qualquer **momento**. A sua participação é **voluntária** e a **recusa** em participar **não acarretará** qualquer **penalidade** ou **modificação** na forma em que é atendido pelo pesquisador

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

O (a) Sr. (a) terá garantida a entrega de uma via, de igual teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sousa - PB e a outra será fornecida ao (a) sujeito da pesquisa.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelo ressarcimento dos mesmos.

Muito embora não haja riscos imediatos, medidas para controle de riscos serão totalmente resguardadas, a saber: processo de entrevista e aplicação de questionário em local com condições de garantir sigilo, privacidade; não divulgação dos nomes e características que permitam identificação dos participantes e substituição dos nomes por letras, números ou

nomes fictícios, bem como a eliminação completa dos áudios após a transcrição. Como parâmetro ético-legal, esta pesquisa atenderá as determinações constantes na Resolução 510/2016.

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos do estudo -**Trabalho inglório? Estudo sobre as condições de trabalho das (os) trabalhadoras (es) da limpeza urbana de Sousa -PB**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Sousa - PB, 20 de abril de 2020

Nome Assinatura participante

  
**Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Junior**  
 Universidade Federal de Campina Grande  
 Curso de Graduação em Serviço Social

## APÊNDICE II

### Instrumental de Pesquisa Semiestruturada



### INSTRUMENTAL DE PESQUISA SEMIESTRUTURADA

|  |   |
|--|---|
| Pesquisador responsável: <b>Reginaldo Pereira França Junior</b>          | Email: <b>reginaldo.francajr@gmail.com</b>    |
| Campo: <b>Vias Públicas da cidade de Sousa-PB</b>                        | Data de coleta: ____/____/____.               |
| Técnica empregada: <b>Gravação</b>                                       | Modalidade: <b>Entrevista semiestruturada</b> |
| Aplicação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: ( ) sim ( ) não |   |
| <b>Dados Socioeconômicos</b>   |   |
| Idade:   |   |

|   |
|---|
| Sexo:<br>Raça/Etnia: ( ) preta ( ) parda ( ) amarela ( ) branca   |
| Nível de Escolaridade:<br>( ) analfabeto<br>( ) ensino fundamental I (1º ao 5º ano) – ( ) Completo – ( ) Incompleto<br>( ) ensino fundamental II (6º ao 9º ano) – ( ) Completo – ( ) Incompleto<br>( ) ensino médio (1º ao 3º ano) – ( ) Completo – ( ) Incompleto<br>( ) ensino superior ( ) completo – ( ) incompleto |
| Tempo de trabalho:<br>( ) 1 a 5 anos<br>( ) 6 a 10 anos<br>( ) 11 a 15 anos<br>( ) acima de 15 anos   |
| Tipo de atividade desenvolvida:   |
| Tipo de contrato de trabalho: ( ) contrato temporário ( ) concurso ( ) terceirizado<br>( ) outros   |
| Renda média mensal:<br>( ) até ½ salário mínimo<br>( ) de ½ até 1 salário mínimo<br>( ) de 1,5 a 2,5 salários mínimos<br>( ) acima de 3 salários mínimos  |
| Carga horária média de trabalho (em horas diárias):<br>( ) de 4 a 8<br>( ) de 9 a 12<br>( ) acima de 12 horas   |
| Qual horário do seu turno de trabalho?<br>( ) Matutino<br>( ) Matutino e vespertino<br>( ) Vespertino e noturno<br>( ) Noturno  |
| Horário Relógio de Trabalho   |
| Participa de alguma associação ou sindicato?<br>( ) Sim: _____<br>( ) Não   |
| Público de Benefício Social ou Previdenciário:<br>( ) Programa Bolsa Família<br>( ) Benefício de Prestação Continuada<br>( ) Auxílio-doença<br>( ) Aposentadoria (invalidez, contribuição, idade)   |
| <b>Questionário semiestruturado</b><br><br>1 -Sob quais condições você chegou a esta profissão?<br><br>2 – Explique seu cotidiano de trabalho<br><br>3- A renda recebida pelo seu trabalho garante a satisfação das necessidades do seu grupo   |

familiar?

4- Você tem conhecimento dos cortes nos direitos trabalhistas? Qual o seu entendimento sobre essa questão?

5- Como você avalia as suas condições de trabalho, tais como: segurança do trabalho, saúde do trabalhador, equipamentos de trabalho. Acha que precisaria de melhorias? Quais?

6- Seu trabalho gera desgaste físico e mental? Se sim, comente quais tipos.

7- Você sofre ou já sofreu algum tipo de preconceito por desenvolver este trabalho?

8- Na sua concepção, o seu trabalho é reconhecido pela sociedade? Comente.

### APÊNDICE III

#### **Termo de Compromisso de divulgação dos resultados**



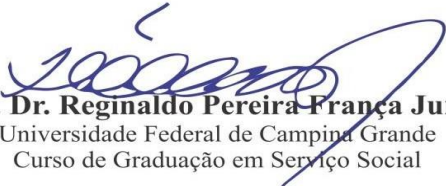
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

**Termo de Compromisso de divulgação dos resultados**

Por este termo de responsabilidade, eu, autor da pesquisa intitulada –**Trabalho inglório?** Estudo sobre as condições de trabalho dos (as) trabalhadores (as) da limpeza urbana de Sousa – PB *assumo* o compromisso de:

- Preservar a privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados;
- Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão encaminhados para a publicação, com os devidos créditos aos autores.

Campina Grande, 20 de Abril de 2020

  
**Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Junior**  
Universidade Federal de Campina Grande  
Curso de Graduação em Serviço Social

#### APÊNDICE IV

#### Termo de Compromisso do (s) Pesquisador (es)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

#### Termo de Compromisso do (s) Pesquisador (es)

Por este termo de responsabilidade, eu, autor da pesquisa intitulada *-Trabalho inglório?* Estudo sobre as condições de trabalho dos (as) trabalhadores (as) da limpeza urbana de Sousa – PB, assumimos cumprir fielmente as diretrizes regulamentadoras emanadas da Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde/ MS e suas Complementares, homologada nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991, visando assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, ao (s) sujeito (s) da pesquisa e ao Estado.

Reafirmamos, outrossim, nossa responsabilidade indelegável e intransferível, mantendo em arquivo todas as informações inerentes a presente pesquisa, respeitando a confidencialidade e sigilo das fichas correspondentes a cada sujeito incluído na pesquisa, por um período de 5 (cinco) anos após o término desta. Apresentaremos sempre que solicitado pelo CEP/ HUAC (Comitê de Ética em Pesquisas/ Hospital Universitário Alcides Carneiro), ou CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) ou, ainda, as Curadorias envolvidas no presente estudo, relatório sobre o andamento da pesquisa, comunicando ainda ao CEP/ HUAC, qualquer eventual modificação proposta no supracitado projeto.

Campina Grande, 20 de Abril de 2020.

  
**Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Junior**  
Universidade Federal de Campina Grande  
Curso de Graduação em Serviço Social